



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 681 - DE 22 DE JANEIRO A 04 DE FEVEREIRO DE 2023 - R\$ 5,00

Onze meses de guerra na Ucrânia

Mais um passo na escalada militar
SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA EM LUTA POR SEU PROGRAMA PODERÁ QUEBRAR AS TENDÊNCIAS BÉLICAS DO IMPERIALISMO

Fracassa o golpe bolsonarista de 8 de janeiro, mas permanecem as tendências golpistas da ultradireita

Nenhum apoio ao governo burguês de Lula

Pela independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos populares diante do governo de frente ampla

Constituir uma oposição revolucionária ao governo Lula sobre a base de um programa próprio dos explorados e da estratégia de poder do proletariado



104 anos dos assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

Honremos a memória dos revolucionários, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Onze meses de guerra na Ucrânia Mais um passo na escalada militar

Somente a classe operária em luta por seu programa poderá quebrar as tendências bélicas do imperialismo

A retomada de posições pelas forças russas na região de Donbass e o plano dos Estados Unidos de reforçar ainda mais a resistência ucraniana, com envio de tanques ingleses e alemães, indicam o prolongamento e uma maior ferocidade da guerra. Os poderosos tanques conectados com o sistema de mísseis Patriot aumentarão a capacidade de defesa e ataque das Forças Armadas da Ucrânia. Esse plano dá um passo no sentido de materializar a presença direta da OTAN no confronto, que se desenvolve há onze meses em solo ucraniano. Eis por que há discórdia no interior da aliança comandada pelos Estados Unidos.

A queda da ministra da Defesa da Alemanha, Christiane Lambrecht, indicou a agudização das divergências no interior do governo social-democrata em torno a um maior envolvimento dos alemães na guerra. Biden pressiona para que o primeiro-ministro Olaf Scholz autorize o envio de tanques Leopard 2, que se encontram estocados em países associados ou próximos da OTAN. Tudo indica que o fracasso da reunião de 20 de janeiro, realizada na base aérea de Ramstein, na Alemanha, que contou com a participação de mais de 50 países, não conseguiu convencer Olaf Scholz a ceder o pleito de Biden. O Reino Unido, que serve de ponta de lança do imperialismo norte-americano, aprovou a entrega de tanques Challenger 2. O objetivo é que Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e França façam uma nova investida armamentista com os tanques, o sistema Patriot e mísseis Himars.

Passo a passo, a guerra circunscrita à Rússia e Ucrânia tende a se generalizar, podendo romper as suas fronteiras. Depois dessa reforçada intervenção na forma de apoio externo, poderá vir a entrega de aviões de guerra, que tem sido evitada pela OTAN, devido à discordância dos aliados europeus, considerando que se estaria aproximando de uma extrapolação da guerra, que envolveria toda a Europa.

Os Estados Unidos, que teriam contribuído com 24 bilhões de dólares dos 40 bilhões já gastos somente com armas, vêm recorrendo a todas as fontes para prolongar a guerra. Um grande estoque de munições, mantido em Israel, será usado pelo Pentágono. O governo israelense tem procurado ficar à margem dos acontecimentos na Ucrânia, apesar das pressões norte-americanas. Tais medidas indicam a estratégia de Biden de arrastar o maior número de países por detrás de sua aliança, o que pressupõe a possibilidade de a guerra romper os limites da Ucrânia.

Tudo indica que o confronto romperá a marca de um ano, podendo adentrar e se estender no ano que se inicia. O problema está em que a guerra se tornará mais destrutiva e mais próxima da intervenção direta da OTAN. O perigo de se iniciar uma terceira guerra está posto, mais hoje do que em 24 de fevereiro de 2022. A escalada militar na Ásia vem galgando novos degraus. O Japão decidiu aumentar seus investimentos na indústria armamentista. A Coreia do Sul anunciou que poderá adquirir arma nuclear. E Taiwan tem reforçado seu aparato bélico com apoio dos Estados Unidos.

As tendências bélicas impulsionadas pelo imperialismo, sob a hegemonia norte-americana, há muito vêm se gestando e se fortalecendo nos marcos da crise de superprodução, agiganta-

mento do parasitismo financeiro e da guerra comercial. O recrudescimento do cerco econômico-militar à Rússia restaurada e a consequente guerra na Ucrânia tornaram-se o epicentro da nova etapa da desintegração do capitalismo e, portanto, da irradiação da crise na Europa para todo o mundo, que, por enquanto, se manifesta na forma de estagnação econômica, inflação, alta do custo de vida, empobrecimento e miséria de um crescente contingente das massas trabalhadoras.

O processo de desintegração do capitalismo, que emerge da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, entre aquelas e as fronteiras nacionais, tem impossibilitado que uma fração do imperialismo detenha outra que força passagem para a guerra. É o que se observa com a constituição da frente montada pelos Estados Unidos com as potências europeias, tuteladas pela OTAN, que transformou a Ucrânia em bucha de canhão, para alcançar os seus objetivos expansionistas e anexionistas.

O imperialismo se move quase que livremente, uma vez que não se depara com a resistência do proletariado e das massas que compõem a maioria oprimida. O mesmo faz a Rússia restaurada, que se vale de sua condição de potência regional para oprimir as ex-repúblicas soviéticas, que são atraídas pelo imperialismo e que não podem manter as suas independências.

Somente por meio da luta de classe, será possível combater pelo fim da guerra na Ucrânia, e evitar uma catástrofe maior, que se apresenta no horizonte da crise mundial. O que explica a ausência de uma poderosa resistência dos explorados à ofensiva do imperialismo e à guerra na Ucrânia é a crise de direção, a ausência dos partidos revolucionários e do Partido Mundial da Revolução Socialista. As condições objetivas para os levantes operários e populares, porém, estão plenamente dadas.

A Europa Ocidental tem enfrentado greves e manifestações em vários países. Em 20 de janeiro, a França foi sacudida pela greve geral contra a reforma da Previdência de Emmanuel Macron. Mais de 1 milhão de trabalhadores ganharam as ruas em todo o país. Trens foram paralisados, e ruas bloqueadas. Soma da aos movimentos do Reino Unido, Bélgica, Espanha, Portugal, Alemanha etc., a greve geral na França reflete a necessidade dos explorados se defenderem contra a desvalorização do valor da força de trabalho, as medidas antipopulares dos governos e o empobrecimento generalizado da família trabalhadora.

É por meio da luta que os oprimidos sentirão, verão e descobrirão os motivos da guerra, seu conteúdo de classe e seu caráter de dominação. Acabarão por se livrar da cegueira imposta pela política burguesa, que os impede de tomar consciência da necessidade de lutar pelo fim da guerra. Um passo que a classe operária europeia dê contra a guerra de dominação, confluirá com as repostas programáticas que têm sido dadas pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Nenhuma outra classe poderá se levantar contra o cerco imperialista à Rússia, pelo fim à guerra e pelo estabelecimento de uma paz sem desmembramento da Ucrânia e sem anexações. É sob a estratégia da revolução socialista e do internacionalismo proletário, que as massas golpearão as tendências bélicas do imperialismo.

O significado e a importância da tentativa de golpe

O que está colocado para classe operária e demais explorados

9 de janeiro de 2023

A ameaça de golpe veio se gestando antes, durante e depois das eleições presidenciais. Bolsonaro, um grupo de militares de alta patente e parlamentares de sua base aliada não admitiram transferir o poder ao Lula e à frente partidária oposicionista. A contestação às urnas eletrônicas foi um sinal de que rejeitariam o resultado eleitoral favorável ao petista. O fato de o Congresso Nacional ter se colocado contra a volta do voto impresso não alterou a disposição de Bolsonaro, seus generais e séquito partidários de ultradireita de reagirem pela via do golpe de Estado. O problema estava em arregimentar forças na burguesia e na classe média, e contar com apoio externo de uma fração do imperialismo. O que não foi possível.

O movimento articulado por poderosos setores burgueses e institucionais em torno à bandeira de “Defesa da Democracia e do Estado de Direito” indicou às Forças Armadas que não poderiam incentivar uma aventura golpista. Nesse mesmo sentido, se pronunciaram as potências, sob a orientação dos Estados Unidos. Um conjunto de ações políticas sustentado pela fração burguesa legalista, convencida de que já não havia condições de Bolsonaro manter a governabilidade, garantiu a realização das eleições, que foram extremamente polarizadas. No entanto, a fração mais radical do bolsonarismo manteve o curso da contestação golpista. Garantiu-se o processo institucional das eleições, mas nas condições em que as reações de Bolsonaro e de seus partidários continuaram seguindo o objetivo de fomentar uma revolta na classe média, condição fundamental para o desenvolvimento das condições sociais para uma intervenção militar, sob o comando de Bolsonaro.

A ultradireita aspirava impor uma ditadura militar sob o auspício do governo bolsonarista. O golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff contou com a movimentação decisiva da ultradireita, que se aliou aos partidos de centro-direita. O governo de transição de Temer funcionou como uma ditadura civil. As forças de centro-direita, encabeçadas pelo PSDB e MDB, sobretudo, não foram capazes de eleger seu candidato. A disputa se deu entre Bolsonaro da coligação de ultradireita e Haddad da coligação de centro-esquerda. A continuidade da crise econômica, o agravamento das condições de existência dos explorados, os dois anos de pandemia, o acirramento da guerra comercial e os realinhamentos no interior do imperialismo, produzidos pela desintegração do capitalismo mundial, e que se refletiram pesadamente na América Latina, inviabilizaram o objetivo de Bolsonaro constituir uma ditadura bonapartista. Mas, não o impediram de potenciar uma variante de nacionalismo de ultradireita, apoiada em setores capitalistas internos, em estamentos das Forças Armadas e da Polícia e nas camadas mais ricas da classe média.

As raízes desse fenômeno se encontram no fracasso do nacional-reformismo, que deu lugar ao golpe de 1964 e no longo período de ditadura militar, que ficou para trás com a fim desse

ciclo e a reconstituição da democracia oligárquica, que não pôde se firmar como base para a estabilidade governamental. Nenhum governo do período pós ditadura pôde escapar às crises políticas, que golpeiam a governabilidade. A explicação está em que não há possibilidade de a burguesia nacional realizar as reformas necessárias, para desenvolver as forças produtivas e superar a miséria e a fome estruturais. Essa é uma tarefa que somente o proletariado no poder tem como cumprir. O que só é possível por meio de uma revolução social.

A ascensão do PT à Presidência, assentado na popularidade eleitoral de Lula, em 2002-2003, criou a ilusão de que poderia erguer a economia do País, pôr limites ao saque imperialista, controlar a poderosa influência do capital financeiro e, assim, resolver o problema do vasto desemprego e da miséria. Não somente fracassou, como foi destituído do comando do Estado pelo golpe de 2016, sem que pudesse recorrer a um levante dos explorados contra as forças reacionárias, que se potenciavam e que levariam, finalmente, Bolsonaro à Presidência e, assim, se reconduziriam os militares para o centro da governabilidade.

Esse processo revela o quanto a democracia oligárquica e o respectivo governo de plantão estão submetidos à égide do poder militar. E revela também a incapacidade do reformismo petista de alterar as relações ditatoriais que imperam no seio do Estado burguês semicolonial.

Lula venceu no marco de uma divisão interburguesa e de uma polarização resultantes e causadoras da profunda crise política, cujo significado principal foi o de afastar a fração militar bolsonarista do centro da governabilidade. Não por acaso, os comandantes bolsonaristas resistiram em participar da diplomação de Lula, seguindo a conduta de Bolsonaro de não reconhecer a derrota eleitoral. Essa resistência, por si só, representou uma posição golpista. Os acampamentos em frente aos quartéis têm sido protegidos pelos militares, que estão de acordo com a bandeira de golpe de Estado, mas que não se aventuraram, pelo menos por enquanto, a tomarem a frente do movimento, que teve sua mais alta expressão no bloqueio nacional promovido pelos caminhoneiros.

A dissolução dessa investida golpista, no entanto, não pôs fim à articulação nacional de empresários, militares, policiais e políticos, para manterem acesa a contestação às eleições e à posse de Lula. Na diplomação de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a horda bolsonarista promoveu em Brasília uma sedição, que, visto agora, serviu de preparação para a invasão do Palácio dos Três Poderes. O governador de Brasília, as autoridades policiais e militares facilitaram aos bolsonaristas, para que tivessem liberdade de ação. Essa conduta política dos poderes governamentais serviu de sinal para que o movimento golpista concentrasse forças, vindas de vários estados, no domingo, dia 9 de janeiro, para invadir as dependências do governo federal.

Embora a tentativa de golpe não tenha prosperado e se configurado como uma aventura, ficou ainda mais clara a debilidade do novo governo, que terá de lidar e conviver com conspiradores da ultradireita.

Bolsonaro assistiu lá dos Estados Unidos a turba defensora da volta dos militares ao poder a fazer o quebra-quebra. O seu ex-ministro da Justiça e secretário da Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, fez o mesmo, lá do exterior, estando de mãos dadas com seu chefe Bolsonaro. Lula decidiu pela intervenção federal nas forças de segurança, que é de responsabilidade do governador Ibaneis Rocha. Somente assim, a repressão se tornou efetiva, com as prisões em massa. Mas, o exército, somente no dia seguinte, atendeu ao pedido do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, de desmontar o acampamento bolsonarista em frente ao seu QG, de onde se vinha organizando a conspiração.

Embora a tentativa de golpe não tenha prosperado e se configurado como uma aventura, ficou ainda mais clara a debilidade do novo governo, que terá de lidar e conviver com conspiradores da ultradireita. A investida antidemocrática de 8 de janeiro estabelece um marco da crise política, no interior da qual Lula foi eleito por uma pequena margem de votos e sobre a qual constituiu seu governo burguês de frente ampla. Passado esse momento – tudo indica que a aventura não tem como ser retomada imediatamente, foi inclusive condenada por todas as potências imperialistas e pelos mais importantes governos da América Latina – o governo de Lula ficará ainda mais preso aos partidos oligárquicos da frente ampla e dos poderes do Estado.

As manifestações convocadas pelas centrais, sindicatos e partidos serão realizadas quando o perigo imediato do golpe já passou. Mas não deixam de ser importantes como demonstração de resistência popular à tentativa de golpe e à potenciação da ultradireita fascizante. Não devem, porém, servir de instrumento de apoio ao governo burguês de Lula e à frente ampla burguesa que o compõe. Não se pode confundir a luta democrática dos explorados contra a tentativa de golpe e ao avanço da ultradireita fascizante

com a defesa da democracia burguesa em geral, que serve, inclusive, de abrigo à reação mais feroz, como a que Bolsonaro montou em seu governo.

As tendências golpistas vão permanecer vivas, mesmo depois do fracasso momentâneo da aventura do dia 8 de janeiro. Somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra as posições e organizações da ultradireita, sem, por isso, deixar de lutar contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o reformismo ou pseudo reformismo encarnado pelo PT. É fundamental, nessa luta, libertar os sindicatos das direções que os submetem e os perfilam por detrás da governabilidade burguesa, em nome da democracia e da participação popular. Vencer o golpe significa na prática se opor à derrubada, pela via totalitária, do governo eleito, mas não significa, para a política do proletariado, sustentá-lo e nem deixar de combatê-lo sob a estratégia da revolução proletária.

O Partido Operário Revolucionária (POR) se colocou claramente contra o movimento golpista dos caminhoneiros, defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos organizassem a mobilização nacional sobre a base de um programa de reivindicação dos explorados e no terreno da mais completa independência ideológica, política e organizativa diante do novo governo burguês de Lula. Agora, o POR volta a insistir que somente operária organizada e lutando com seu programa próprio pode quebrar a espinha dorsal da ultradireita fascizante e do golpismo, e também constituir uma oposição revolucionária ao governo de Lula, que, sem dúvida, servirá à burguesia e não aos explorados.

Abaixo a tentativa de golpe de Estado!

Pela luta independente da classe operária por seu programa e estratégia própria de poder!

Uma sequência de atos golpistas

As forças ultradireitistas planejaram um golpe de Estado para impedir a posse de Lula, eleito de 30 de outubro de 2022. Fizeram uma tentativa na noite da diplomação do novo governo, 12 de dezembro, ainda com a presença de Bolsonaro no Brasil. Como não obteve êxito, a investida deveria ocorrer no dia da posse, já com Bolsonaro fora do país. No entanto, a presença massiva dos apoiadores do PT e do forte esquema de segurança montado, a ofensiva foi marcada para o final da semana seguinte. Uma horda, financiada por empresários e proprietários de igrejas evangélicas, de extrema direita, tomou Brasília desde o sábado para a invasão do Palácio dos três Poderes, que se materializou no domingo, dia 8 de janeiro.

Breve relato sobre a invasão no dia 8 de janeiro

Estampado por toda imprensa brasileira e internacional, uma massa de invasores foi transportada para a capital, com ônibus fretados pelos capitalistas e apoiadores de Bolsonaro. Vestidos de verde-amarelo, uma massa de bolsonarista adentrou ao Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF), sem que houve repressão por parte da segurança pública.

Após uma caminhada de 8km, cerca de 5 mil pessoas, gritando e levantando cartazes pedindo a intervenção militar, passaram por uma pequena barreira policial e subiram a rampa do Congresso. A convivência da polícia, das Forças Armadas e do governador do Distrito Federal (Ibaneis Rocha) foi escancarada pelos meios de co-

municação. Convivência essa que fazia parte do plano golpista, que contou com a saída do Brasil de Bolsonaro e o seu ex-ministro da Defesa e Secretário da Segurança do DF, Anderson Torres, com ares de quem foi viajar para os Estados Unidos.

A ação dos invasores de destruir objetos históricos e obras de arte, de rasgarem documentos, de se apropriarem de armas e de quebrarem os plenários do Congresso e do STF foi rapidamente condenada pela quase totalidade das forças burguesas, instituições do Estado e imprensa. A resposta imediata de rechaço à invasão por parte das potências imperialistas foi também decisiva para armar, em poucas horas, um movimento geral contra o fracassado golpe de Estado dos bolsonaristas. Somente depois que tudo foi escancarado é que a polícia retirou os invasores, prendendo por volta de 1500 pessoas.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, concedeu uma entrevista coletiva, anunciando a intervenção federal na segurança pública do DF até o final de janeiro e a nomeação de Ricardo Garcia Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo Lula, para assumir o posto. Uma sequência de providências foi tomada, entre elas o afastamento de Anderson Torres e o pedido para que o STF decretasse sua prisão. Em seguida, o STF também decidiu pelo afastamento de Ibaneis Rocha. O discurso de prisão e punição exemplares aos invasores tornou-se a tônica da manifestação de Lula, seu ministro Paulo Pimenta e autoridades em geral. O Congresso Nacional e o Judiciário se manifestaram como instituição de Estado condenando a invasão e a depredação das dependências dos Três Poderes. Lula convocou os



governadores, de forma a completar uma reação institucional contra a tentativa de golpe.

Os órgãos de imprensa, nacional e internacional, passaram a fazer coro com a campanha de defesa do “Estado de Direito”, da “Constituição”, da “Democracia”, contra a “violência” e do respeito ao resultado das eleições, bem como vincular essa ação em Brasília com a ocorrida no Capitólio nos Estados Unidos, quando da derrota eleitoral de Trump. Não deixaram de assinalar que nos Estados Unidos os invasores quiseram impedir a confirmação da vitória eleitoral de Biden, e no Brasil, exigiam a intervenção das Forças Armadas contra a volta de Lula ao comando do Estado.

Três atos golpistas foram decisivos para arregimentar uma camada da população

Desde 2020, com o agravamento da crise econômica e a pandemia, a crise política se aprofundou e uma parcela que apoiou Bolsonaro nas eleições de 2018 foi se desgarrando do governo, que havia se colocado contra a vacinação em massa e a política dos governadores de “isolamento social”, encabeçada por João Doria e apoiada pelo STF. As declarações ultradireitistas de Bolsonaro, no entanto, continuaram servindo de motivo para seus seguidores e financiadores, a exemplo do capitalista proprietário da rede de lojas Havan.

Em março de 2020, Bolsonaro participou de uma manifestação a favor da intervenção militar e passou a comandar as motociatas em vários estados, que reuniam os bolsonaristas e faixas conclamando a intervenção militar. Mas, foi em 2021 que os atos golpistas começaram a reunir milhares de pessoas trajando o verde-amarelo em sinal de “patriotismo”. Em julho desse ano, iniciou um ataque às urnas eletrônicas e às decisões do Tribunal Eleitoral (TSE), na figura de ministro Alexandre de Moraes. A manifestação de 7 de setembro, em Brasília, contou com milhares de pessoas, sob o discurso em favor do voto impresso e contra as prisões de lideranças bolsonaristas, como a do parlamentar Daniel Silveira. Não poucas faixas foram levantadas contra o “comunismo”, em referência ao PT.

Manifestações em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais serviram de suporte ao discurso antidemocrático e intervencionista de Bolsonaro. O slogan bolsonarista “Deus, Pátria e Liberdade” e “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos”, presente desde as eleições de 2018, foi se propagando nessas manifestações golpistas,

agora acrescido com o “impeachment a Xandão” (Alexandre de Moraes). É preciso assinalar que porta-vozes ligados ao governo o aconselharam a conter o avanço do choque com o STF e STE, no sentido de “baixar a temperatura”. O que já havia se tornado inviável.

No jornal Massas, 9 de setembro de 2021, o POR divulgou a “Décima Sexta Carta do Partido Operário Revolucionário aos trabalhadores e à juventude oprimida”. “Somente a classe operária pode encarnar uma saída revolucionária à profunda crise política”. Destacamos dessa Carta duas passagens que expõem a resposta do partido.

1) “As manifestações bolsonaristas de 7 de setembro contrariaram a posição das organizações capitalistas mais influentes, entre elas a Febraban, que pediram a “pacificação”. Em outras palavras, que Bolsonaro se ajustasse às decisões do Legislativo e Judiciário. A oposição de centro-direita, do PSDB ao DEM, condenou as ofensas de Bolsonaro a ministros do STF, e promoveram caminhar no sentido do impeachment. O presidente do STF, Luiz Fux, se sentiu encorajado para defender a “democracia”. (...) Tudo indica que Bolsonaro conseguiu fazer com que o feitiço se voltasse contra o feiticeiro. O bloqueio das estradas por parte de um setor empresarial de caminhoneiros agravará ainda mais a divisão interburguesa e, portanto, a crise política”. (...) “O fato de o proletariado estar contido pela política de colaboração de classes facilita à burguesia encontrar uma saída institucional” (...). Por estarem submetidas à política do PT, essas direções “Não reagiram à altura da ação da ultradireita, que jogava uma cartada golpista, embora sem possibilidade de concretizar o objetivo ditatorial”.

2) “O Partido Operário Revolucionário tem concentrado seus esforços na campanha de defesa do programa de reivindicações próprio dos explorados, que se concretiza na forma de uma Carta de Reivindicações. Está colocada a constituição de uma frente de combate por essa Carta de Reivindicações, pelo método da ação direta e pela organização independente dos explorados, diante das divisões interburguesas e das soluções capitalistas para a crise de governabilidade”.

Em 2022, os atos ultradireitistas foram reforçados, visando à reeleição de Bolsonaro. Seus apoiadores aproveitaram a comemoração dos 200 anos de independência do Brasil e realizaram manifestações gigantescas em várias capitais. Todas elas marcadas pelo discurso golpista, pelas falsificações e ataques ao STF, exaltando o fim da “ditadura do judiciário”. Apoiadores foram transportados com os recursos da fração capitalista pró-golpe militar e por um

setor da igreja evangélica, que arregimentou seus fiéis em torno aos preconceitos morais, religiosos e combate ao suposto “comunismo”, que estaria tomando conta do Brasil.

Essa linha política do POR de defesa da independência ideológica, política e organizativa dos explorados diante da polarização que vinha sendo imposta tanto por Bolsonaro, quanto por Lula/PT, foi sendo confirmada pelos fatos e desenvolvimento da crise política.

Dos bloqueios dos caminhoneiros aos acampamentos em frente aos quartéis

Visando a responder a uma possível derrota eleitoral de Bolsonaro, os mentores da política ultradireitista iniciaram a montagem de acampamentos em frente aos quartéis. Mas a grande maioria desses acampamentos, surgidos em várias capitais, foram estruturados após a derrota, objetivando a impedir a posse de Lula. Seus organizadores procuraram transformá-los em instrumentos, diretamente voltados aos militares, para manter aceso os discursos golpistas e preparar as condições para os acontecimentos do domingo, 8 de janeiro. Como se vê, os preparativos cobriram 70 dias, sob o consentimento das Forças Armadas e da Polícia.

O mais atuante, sem dúvida, foi o instalado em frente ao Quartel General do Exército de Brasília, que contou com os caminhoneiros, que haviam bloqueado inúmeras rodovias, contestando o resultado das eleições e que não tiveram força de mantê-los diante da enorme campanha de parte dos capitalistas contra o fechamento de estradas.

Nesse momento, o POR divulgou um Manifesto. Eis o seu conteúdo central: “O Partido Operário Revolucionário (POR) – que defendeu as bandeiras de “Não confiar nas eleições, confiar em nossas próprias forças” e “Voto Nulo” – levanta agora as bandeiras de “Abaixo o golpe de Estado!”, “Derrotar os bloqueios e manifestações golpistas”. “Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem imediatamente uma resistência permanente às tendências ditatoriais e fascizantes do bolsonarismo. A principal forma de lutar contra a reação bolsonarista no próximo período é a de organizar o movimento operário, camponês e popular em defesa de um programa próprio de reivindicações, e garantir a total e completa independência das organizações operárias diante do governo Lula, que cumprirá a função de um novo governo burguês. A luta contra os bolsonaristas não pode e não deve ser canalizada para a sustentar o governo Lula. É com a independência de classe, com o programa de reivindicações, e com os métodos próprios dos explorados que a classe operária e demais oprimidos se emanciparão de todas as variantes da política burguesa. Lutar contra o golpismo bolsonarista é lutar contra toda e qualquer forma de política burguesa”.

O fato de as centrais, sindicatos e movimentos se encontrarem subordinados à candidatura Lula, ao movimento burguês de defesa da democracia e da constituição de um governo de frente ampla impossibilitou que a classe operária desse uma resposta própria diante das tendências golpistas, encarnadas pela ultradireita bolsonarista. As manifestações do dia 9 de janeiro contra o golpismo careceram da mais completa ausência de independência de classe.

Ameaças golpistas e golpe de Estado de 2016

Não restam dúvidas de que a escalada de ameaças golpistas foi sendo potenciada na medida em que a crise econômica atingia duramente o Brasil. Em um primeiro momento, surgiram as manifestações dos estudantes, que ganharam apoio de outros setores de oprimidos, diante das consequências da crise econômica. O go-

verno Dilma Rousseff e o Congresso Nacional impuseram os PLS 728, 2011, e, em 2013, mais um PLS-499, no sentido de conter as gigantescas manifestações dos explorados, qualificadas pela burguesia de “atos terroristas”, pela radicalidade nas ruas. Os protestos de 2013, porém, foram amorfos sem que se apoiassem em um programa próprio de reivindicações e, assim, acabaram servindo a interesses da oposição direitista e ultradireita ao governo do PT. É importante lembrar que o governo petista abriu o caminho para implantar uma legislação “antiterrorista”, exigida pelo imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos.

Em meio ao profundo descontentamento dos oprimidos, que sentiam o peso do desemprego e subemprego, a crise política se avolumou na disputa eleitoral de 2014 entre Dilma e o peessedebista Aécio Neves. Ao mesmo tempo em que uma enorme campanha foi postada nos meios de comunicação em favor da “Operação Lava Jato”, instrumento criado no início de 2014, sob o comando do ex-juiz Sérgio Moro, para criminalizar Lula e esgarçar o PT, que havia derrotado o candidato peessedebista.

O Brasil entrou em recessão econômica e os partidos, tendo à frente o PSDB e MDB, montaram uma CPI para destituir Dilma Rousseff pelo impeachment. No início de 2016, Dilma foi afastada do governo e o MDB assumiu a presidência, por meio de Michel Temer, que era vice de Dilma. As direções sindicais e populares se submeteram às ações antidemocráticas do impeachment.

O fundamental dessa descrição está em como o POR foi analisando os acontecimentos, que compareceram em 2013 com as manifestações dos explorados por suas reivindicações e as manifestações reacionárias das forças burguesas para derrubar o governo eleito de Dilma Rousseff, ressaltando o lugar da “Lava Jato” como instrumento para a conclusão do golpe institucional, bem como o papel da imprensa que responsabilizou o PT/Lula como o criador da corrupção “sistêmica”. O POR, que levantou a bandeira de “Oposição Revolucionária” ao governo Dilma, denunciou o golpe de Estado e levantou a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para apurar os crimes da burguesia e seus governos.

O êxito do golpe foi explicado em vários artigos do jornal Massas, no calor dos acontecimentos, assinalando que as direções sindicais, que defenderam a linha política do PT de “resistência parlamentar”, se negaram a enfrentar os golpistas no terreno próprio dos explorados, que é a luta nas ruas. Por outro lado, também mostrou que as correntes de esquerda, na sua maioria se colocou pela política do PT de combater os golpistas no terreno próprio da burguesia, que é o parlamento. O acerto da caracterização do governo Temer como uma ditadura civil permitiu materializar a bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer”. Essa posição de independência de classe e defesa das reivindicações do proletariado e dos demais explorados armou ideológica, política e organizativamente o partido para o período conturbado que se instalou a partir de 2016.

Nesse período, a unidade dos partidos burgueses e do STF para derrubar o governo petista se deu sob a bandeira da defesa da democracia, da Constituição e sob o auspício do instrumento da ditadura de classe burguesa, que é o impeachment. Cabe aqui ressaltar uma passagem do artigo “Nossas Tarefas”, publicado em 7 de janeiro de 2017, que diz: “Uma das tarefas é a luta pela independência de classe dos explorados diante de todas as variantes da política burguesa e pequeno-burguesa. O que exige desmascarar a estratégia democratizante que oculta a ditadura de classe da burguesia e a preservação do capitalismo. E desenvolver a estratégia revolucionária do proletariado”.

Essa linha teve continuidade durante todo o processo de agravamento da crise política. A profunda crise de direção revolucionária, no entanto, se ergueu como um obstáculo para os explorados encarnarem o seu programa próprio de reivindicações e trilharem o caminho da luta de classes.

Tendências golpistas permaneceram nas vísceras da política burguesa

A burguesia recorreu ao golpe de Estado com a pretensão de estancar a crise econômica e política. Em um dos artigos do jornal *Massas*, de julho de 2017, intitulado o Curso da Crise, o POR fez três caracterizações importantes: 1) “O governo Temer se originou nos estreitos limites do Congresso Nacional, que se constituiu em um órgão do golpe e em um instrumento dirigido a implantar as diretrizes exigidas pelo capital financeiro”. Referia-se ao impeachment e às medidas antipopulares da ditadura civil do governo golpista, entre elas a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização. 2) “A derrubada de Dilma não apenas não estancou a crise como a ampliou. Isso por que a crise política não se devia simplesmente à política econômica do governo petista. Na base dos impasses governamentais, estava e está a profunda crise econômica que inevitavelmente intensifica os conflitos burgueses”. Destacava, assim, que a unidade que se constituiu pelas forças burguesas para destituir o governo petista não significava a permanência dessa unidade no transcurso do governo Temer, o que se exemplificava com os conflitos de interesses em relação à reforma da previdência. 3) “O Congresso Nacional por ter sido o órgão do golpe se tornou responsável pela preservação de um governo cuja característica é a de ditadura civil”. Isso advinha das denúncias de corrupção de Temer.

Como se vê, a crise avançava e as tendências golpistas tomavam outro curso, fortalecidas pelas manifestações ultradireitistas provenientes da “Operação Lava Jato”, que exigiam uma centralização autoritária. Discursos contra o STF e em defesa de uma intervenção militar começaram a ganhar corpo e atrair uma camada da classe média mais rica.

Em setembro de 2017, o general Mourão proferiu uma palestra na Loja Maçônica, em Brasília, sinalizando o caminho do golpe militar. Eis: “Ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida política esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso”. Fala que já havia sido proferida em 2015. Essa expressão de Mourão esteve de acordo com o fortalecimento das tendências ultradireitistas, sob o governo de Temer.

O importante dessa constatação está na conclusão do POR, que diz: “O Brasil não está diante de um golpe iminente. Mas, sem dúvida, desenvolve-se nas entranhas da política burguesa e de suas instituições uma tendência autoritária. Tendência impulsionada pelos impasses econômicos, pelos interesses do capital financeiro, pelas pressões do imperialismo e pelo horizonte da luta de classes. É preciso ter claro que a tendência autoritária, antidemocrática e reacionária começa a se expressar precisamente nas vísceras da política burguesa” (...) A exposição mais aberta e consistente da tendência autoritária se deu no movimento pela derrubada do governo petista”. A conclusão do artigo assinalou o caminho da política proletária. Eis: “Somente a classe operária organizada e independente da política burguesa pode lutar por um programa e uma estratégia capazes de derrubar e enterrar todas as variantes do autoritarismo burguês”.

O país assistiu estarrecido a invasão da horda bolsonarista do Palácio dos Três Poderes. Invasão que foi se gestando conspirativamente em todo o país, e que tiveram como base os acampamentos em frente aos quartéis e como ação política direta o bloqueio montado pelos caminhoneiros, que ocorreram na parte dos estados da Federação.

Unidade burguesa em torno à eleição do ultradireitista Bolsonaro

A prisão de Lula e a cassação de seus direitos eleitorais permitiram a vitória do ex-capitão do Exército, Bolsonaro, que tinha

como objetivo dar sequência às medidas antinacionais e antipopulares do golpista Temer. Enquanto seu ministro de Economia, Paulo Guedes, seguiu firme com as contrarreformas antipopulares e antinacionais, aprovando uma dura reforma da Previdência, cortando recursos dos serviços essenciais (saúde, educação, moradia) e avançando o plano de privatização, que levou à entrega da Eletrobras, Bolsonaro foi se cercando de ministros e assessores militares. Portanto, de um lado, uma política econômica ultraliberal; de outro, o crescimento da militarização da política. Denunciado por seus vínculos com a milícia do Rio de Janeiro e profundamente envolvido na corrupção, Bolsonaro procurou acobertar tais denúncias e atrair um setor da classe média e de explorados com os discursos diários em nome da “pátria”, “Constituição”, “família” e “fé”. Lançou uma ofensiva em defesa da “Escola sem Partido”, no sentido de combater o que foi chamado de “politização” das aulas. Valeu-se de uma prática da ditadura militar, que era a de nomear interventores para as universidades. Instituiu o “sigilo de 100 anos” para impedir que as denúncias pudessem levar a um impeachment. E procurou desmoralizar as urnas eletrônicas, para justificar uma possível intervenção militar.

As dificuldades do ultradireitista se esbarraram na inviabilidade de estancar a crise econômica. O custo de vida deu um salto, o salário mínimo atingiu um dos mais baixos poder de compra para o trabalhador e aposentado, os cortes de recursos da educação aprofundaram a precarização das escolas, a saúde pública caminhou para o fundo do poço, o desemprego e subemprego fizeram aumentar a miséria, fome e a pobreza extrema. Assim, uma parte significativa se colocou por trazer de volta, para um terceiro mandato, Lula. Mesmo com todas essas terríveis condições, o bolsonarismo conseguiu arrastar milhões, o que resultou em uma vitória apertada do PT. Os derrotados nas eleições, munidos do repetitivo discurso de uma intervenção militar, se colocaram pelo ato golpista.

O POR, no jornal *Massas*, publicado dias antes da invasão do Palácio do governo, em 8 de janeiro, mostrou que: “Lula tomará posse apossado pela ultradireita, alicerçada em um movimento da classe média, e ameaçado de golpe de Estado pelo bolsonarismo. Terá de contar com o apoio ativo e passivo da frente montada pelas centrais sindicais, que submeterão ainda mais os sindicatos ao Estado burguês. Nada disso evitará que a economia continue submetida à contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas mundialmente e as relações capitalistas de produção. Nada disso impedirá que o imperialismo se lance com maior impetuosidade sobre as economias semicoloniais. Certamente, Lula poderá contar com alguma margem de manobra, que no momento não se tem como identificá-la, mas a perspectiva geral é de impulso a novos passos da crise estrutural do capitalismo”.

O bloqueio dos caminhoneiros, ocorrido logo após o resultado das eleições, pôs à luz do dia as tendências golpistas mais profundas, encarnadas por uma fração da ultradireita fascizante. E as ações do dia 8 de janeiro revelaram a existência de uma organização conspirativa. Esse processo se deu nas condições econômicas e políticas em que não havia como prosperar, e que concluiu em uma aventura, como previu o POR muito antes. É nessas condições de instabilidade crescente que se instalou o governo Lula. Não será com as prisões e condenações de um contingente de invasores que se dissiparão as tendências reacionárias da ultradireita.

O próximo período – como está assinalado pelos próprios organismos internacionais da burguesia – será de continuidade da crise econômica na forma de estagnação e recessão. A guerra na Ucrânia e a escalada militar do imperialismo em torno à China têm tudo para potencializar a decomposição do capitalismo. O problema está em trabalhar pela superação da crise de direção, que terá a seu favor a necessidade do proletariado e dos demais explorados se levantarem contra a burguesia, seus governos e seus Estados. A defesa do programa próprio de reivindicações da maioria oprimida é o ponto de partida para a vanguarda com consciência de classe indicar o caminho da revolução proletária.

Militares diante da tentativa de golpe

Não há como ocultar a clara conivência das Forças Armadas com o movimento bolsonarista de contestação às eleições e de resistência à posse de Lula. A oficialidade, em sua maioria, se incorporou na campanha em favor de Bolsonaro. A derrota do chefe da ultradireita não foi assimilada nos quartéis. Assim, os comandantes abrigaram nas portas dos QGs os acampamentos de manifestantes, arregimentados pela cúpula dos bolsonaristas, formada por empresários, parlamentares, militares, pastores etc. A conspiração do dia 8, em Brasília, esteve sediada por um desses acampamentos, que, mesmo depois da fracassada tentativa de golpe, permaneceu até que as pressões políticas demovessem os chefes militares do QG em manterem a sua proteção.

É bom lembrar que os chefes militares do governo Bolsonaro esboçaram uma atitude de hostilidade e de contestação à posse de Lula, anunciando que antecipariam a transição para não fazerem parte da cerimônia de posse do novo governo. De conjunto, os principais responsáveis pelos acontecimentos de ocupação e depredação das dependências dos Três Poderes foram os militares. Apesar de terem consciência de que as Forças Armadas não poderiam tomar a frente de um movimento golpista, como fizeram em 1964. Os seus compromissos com Bolsonaro, que os privilegiou de diversas formas, os levaram a uma posição política de conivência. Observa-se que se passou o mesmo com as polícias.

Se os bolsonaristas conspiradores não contassem com a proteção das armas, dificilmente a invasão do Palácio do Governo teria acontecido. Amplas camadas da classe média que ampararam o bolsonarismo, desde a sua ascensão em 2018, serviram de base social ao golpismo, mas não poderiam se impor à poderosa fração burguesa contrária ao movimento de contestação do resultado eleitoral. E as Forças Armadas, sem a decisão do grande capital e anuência do imperialismo, não tinham como recorrer ao golpe, mas poderiam auxiliar os aventureiros, que têm menos a perder com o fracasso da conspiração. Assim, os militares mostraram a Lula que a estabilidade ou instabilidade do governo depende em grande medida do poder militar, que paira sobre o Estado oligárquico brasileiro.

A responsabilidade dos militares equivale à de Bolsonaro, que desde sempre aspirou a volta da ditadura dos generais. Não há como desvincular o ex-presidente da conduta política da oficialidade. Mas, Lula e os partidos que o amparam no governo de frente ampla não podem expor, apontar e punir os principais responsáveis, uma vez que as Forças Armadas, em última instância,

tutelam a governabilidade. A minuta que estabelecia um decreto a ser expedido por Bolsonaro de intervenção no TSE, encontrada na residência do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, agora preso, é de teor claramente golpista. De forma que se documenta com maior precisão a articulação do golpe no interior do próprio governo.

Pouca transcendência tem a “desconfiança de Lula” em relação aos militares bolsonaristas, que fizeram “vista grossa” à marcha dos golpistas em direção ao Palácio do Planalto. Está claro que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) falhou em sua função de proteger o Palácio do Governo, não por incompetência, mas pelo fato dos militares bolsonaristas expressarem a conivência geral das Forças Armadas, dos órgãos policiais e do próprio governador do Distrito Federal.

Como se vê, a posse de Lula se deu nos marcos de uma profunda crise política, que vem se desenvolvendo desde 2013, e que teve seu ponto alto em 2016, com a derrubada do governo de Dilma Rousseff. A “dispensa” de algumas dezenas de militares ligados à segurança da Presidência de República e a promessa de um afastamento de um grande contingente de bolsonarista não solucionarão o problema de as Forças Armadas não deixarem de condicionarem a governabilidade. É assim que, historicamente, a democracia oligárquica e a ditadura de classe da burguesia se constituíram, se mantiveram e vão se manter, independente do caráter do governo, até que a revolução proletária as varra e estabeleça a democracia dos explorados.

O golpe fracassado, porém, pôs às claras a incapacidade da burocracia sindical e dos partidos da frente petista de mobilizar a classe operária, única força social capaz de quebrar a espinha dorsal da ultradireita fascitizante, sem que apoie o governo burguês de Lula. Aí, esteve refletido o grande problema, que é o do domínio da política de conciliação de classes no seio das organizações operárias.

A luta pela independência dos sindicatos e movimentos, diante do governo de frente ampla está posta desde já como fundamental para combater no campo da luta de classes a ultradireita e as tendências golpistas que encarnam e que permanecem embora tenham sofrido um significativo revés. A defesa de um programa próprio dos explorados e o trabalho pela unificação das forças proletárias e camponesas é o caminho que a vanguarda com consciência de classe terá de percorrer. Caminho esse que potencializará uma oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula.

Governo de conciliação capital e trabalho

Na cerimônia com as centrais sindicais, Lula repetiu a velha cantilena de contar uma historietta, para concluir que sua missão é a de proteger os pobres e miseráveis. Mas, segundo ele, para isso é preciso unir capital e trabalho. O caudilho esperto, que maneja bem a arte da demagogia e da hipocrisia, objetivou com a reunião mostrar à burguesia que é imprescindível para a governabilidade, nos marcos da democracia e do Estado de Direito, a colaboração da burocracia sindical.

Bolsonaro cometeu a insanidade de afastar e hostilizar os sindicalistas, movido pela política de ultradireita. O que trouxe prejuízo para a estabilidade política e que acabou em uma tentativa de golpe.

Os petistas e a burocracia sindical em geral contam, agora, com a volta do ministério do Trabalho e com a reconstituição de um conselho tripartite, formado pelo governo, organizações empresariais e sindicais.

Esse aparato estatal tem a função de viabilizar as medidas antioperárias, antipopulares e antinacionais do novo governo.

Há o temor de Lula de que seu governo terá de ser mais definido, aos olhos da maioria oprimida que o elegeu, como serviçal do grande capital e do imperialismo. As condições econômicas presentes são bem mais adversas que as daquelas quando exerceu seus dois mandatos.

A ditadura civil de Temer e o governo ultradireitista de Bolsonaro descarregaram pesadamente a crise capitalista sobre as massas, impondo duas violentas contrarreformas - a trabalhista e previdenciária - e a fatídica lei da terceirização. Congelaram os salários e elevaram às alturas a taxa do desemprego. Fizeram do Brasil um país de subempregados. O avanço da miséria e da fome marcou a administração dos golpistas Temer e Bolsonaro.

Esse percurso não foi combatido pelas centrais, sindicatos e movimentos populares. Suas direções se colocaram a todo custo por sufocar as tendências de luta da classe operária, a ponto de colaborarem, não apenas com a implantação das contrarreformas, como também até mesmo com o fechamento de milhares de fábricas. Sua política foi a de fazer oposição parlamentar a Temer e Bolsonaro, aguardando a quebra de governabilidade e a recuperação do terreno pela oposição burguesa liderada pelo PT.

A colaboração de classe sob os dois governos francamente antipopulares esteve a serviço da estratégia política de retorno ao poder das forças que apregoam o crescimento econômico com distribuição de renda, ou nas palavras dos próprios banqueiros, que compatibiliza o mercado com a redução das desigualdades sociais. É sobre essa farsa burguesa que o PT, aliados e Lula caminharam no sentido de uma frente ampla oposicionista a Bolsonaro e, finalmente, da constituição de um governo de frente ampla.

A polarização eleitoral e a tentativa de golpe que se configurou no dia 8 de janeiro, logo após a posse de Lula, indicaram que a crise política é profunda, que pode se agravar sob o impacto do baixo crescimento, da estagnação e de possível recessão. O novo governo terá de atender em primeira instância aos banqueiros e credores da dívida pública. Eis por que terá de dar continuidade às contrarreformas de Temer e Bolsonaro, e manter o salário mínimo de fome.

A CSP-Conlutas na reunião das centrais com o governo Lula

A participação e a intervenção feita pelo Luiz Carlos (Mancha), dirigente sindical de São José dos Campos, e membro da direção da CSP-Conlutas, no encontro de Lula com as centrais sindicais, expressaram perfeitamente a política do centrismo, desenvolvida pelo PSTU. De um lado, todo sorridente, Mancha compareceu integrado ao cerimonial do governo burguês de Lula, de outro procurou se diferenciar com um discurso de defesa de reivindicações. A hipocrisia é típica do centrismo, que oscila entre os interesses dos explorados e as imposições dos capitalistas; que oscila entre as pressões da classe operária e as da classe burguesa. A presença da CSP-Conlutas, alinhada aos assentos de toda a burocracia traidora, não serviu para denunciar o governo de frente ampla, chamar os explorados a não confiarem nas promessas eleitorais, a confiarem em suas próprias forças, a lutarem por um programa próprio e rechaçarem a conciliação da burocracia da CUT, Força Sindical, etc.

A quem assistiu Mancha falando em revogação das reformas trabalhistas e previdenciária, fim das privatizações, não pagamento da dívida pública, salário mínimo do DIEESE e a independência de classe; denunciando a repressão e demissões de sindicalistas, as prisões dos lutadores no campo e na cidade, pode parecer que o PSTU procurou aproveitar o acontecimento como uma tribuna para denunciar o governo de Lula e defender as posições do proletariado. Nisso residiu a farsa da CSP-Conlutas e do PSTU. Bem comportado e integrado à teatralização de Lula, Mancha expressou a política oportunista do centrismo, que, para sobreviver, depende de se manter subordinado à burocracia sindical e à frente burocrática das centrais que protagonizaram o movimento do “Fora Bolsonaro e Impeachment” voltado a substituir um governo burguês de ultradireita por um de frente ampla. O próprio discurso de Lula, afirmando que tem a missão de unir capital e trabalho, mostrou que as direções sindicais classistas – assim a CSP-Conlutas se qualifica – tinha o dever de rechaçar e denunciar a cerimônia governamental.

Para agravar, Mancha repetiu a posição do PSTU de pedir ao governo e às instituições do Estado que reprimissem os bolsonaristas golpistas. Seguiu a resposta dada pelo petismo, que é a da “punição exemplar”. A política da classe operária é de jamais re-

O problema central para qualquer governo burguês, mas principalmente para aquele que posa de reformista e popular, se encontra na luta de classes, no descontentamento dos explorados e nas tendências à revolta. O encontro de Lula com as centrais serviu para fazer um chamado à defesa de seu governo contra movimentos que se gestem nas entranhas das condições de existência miserável dos explorados.

O novo governo está prevenindo os perigos da oposição dos bolsonaristas. De forma que a política de conciliação de classes está posta para manter o apoio da fração capitalista que se distanciou de Bolsonaro. A estabilidade governamental de Lula, em meio à profunda divisão interburguesa, depende em grande medida da burocracia sindical conter a luta de classe. A dificuldade para o desenvolvimento dessa política se encontra nas condições objetivas adversas, que obrigarão Lula a mostrar sua real face pró-capitalista e de defensor da grande propriedade dos meios de produção.

O chamado de Lula à união entre capital e trabalho, concretamente, significa garantir a governabilidade, erguendo diques à luta de classes. É nessas condições particulares da nova etapa da crise política que se dará o combate pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo de frente ampla, que permitirá aos explorados procurarem o caminho de sua independência política e organizativa.



correr à Justiça, às Forças Armadas e à Polícia que defendam a democracia, o Estado de Direito, as liberdades democráticas, ameaçados por um golpe. O POR rechaça a posição de recorrer às forças repressivas do próprio Estado. Somente a classe operária organizada, com seu programa e com suas formas próprias de combate pode derrotar o golpismo.

A CSP-Conlutas deveria se colocar pela construção de uma oposição revolucionária ao governo Lula, mas sua direção centrista acaba em palavras defendendo reivindicações corretas, e na prática servindo de ala esquerda da burocracia sindical estatizante, que, agora, se coloca como esteio do governo burguês de Lula. A decisão do PSTU, direção da CSP-Conlutas, de votar em Lula/Alckmin, no segundo turno, sem dúvida, teve como contrapartida o convite para participar na cerimônia montada pelo governo e pela burocracia sindical, sob a diretriz de união entre capital e trabalho.

Era dever das direções da CSP-Conlutas e do PSTU rejeitarem a participação no encontro com Lula, e denunciar o seu objetivo de submeter as centrais sindicais à política de conciliação de classes e ao apoio ao governo burguês de frente ampla.

Lula sanciona lei que equipara os crimes de injúria racial e racismo

Em evento de posse de Aniele Franco (Ministério da Igualdade Racial) e Sônia Guajajara (Ministério dos Povos Indígenas), Lula sancionou a lei que equipara os crimes de injúria racial e racismo. Agora, a injúria racial pode ser punida com prisão de 2 até 5 anos (antes era de 1 até 3 anos, afiançável). Prevê também agravantes particulares, como o caso de injúria praticada por mais de uma pessoa ou em eventos como jogos de futebol ou shows. Seguindo o STF que já tinha esse entendimento, o Congresso aprovou e Lula sancionou essa medida que também torna a injúria racial um crime inafiançável e imprescritível. Antes da sanção da lei houve vozes contrárias dentro do governo, no Ministério da Justiça. Depois da aprovação se retrataram e assumiram a nova medida.

Os dois crimes estão ligados, mas não são iguais. Enquanto a injúria é uma ofensa a alguém por conta da sua raça, cor, etnia ou origem, o racismo trata de uma discriminação a toda uma coletividade, por exemplo, negar emprego a alguém ou impedir que entre em um estabelecimento, por conta da sua cor, raça etc.

Essa é uma questão que exige muito rigor e atenção dos revolucionários para dar uma resposta de classe. É preciso ter claro que é uma medida que combate o odioso racismo apenas na superfície, em suas manifestações pontuais, mas não toca na raiz do problema.

O POR tem trabalhado por desenvolver o programa proletário aplicado às necessidades particulares das massas negras, que no Brasil possuem uma longa história de opressão racial, como manifestação da opressão de classe. Os quase quatrocentos anos de escravidão, a competição desigual com a mão de obra especializada vinda da Europa, a ausência de direitos e garantias mínimas ao longo de todo o século XX etc. impuseram aos trabalhadores negros uma condição de pobreza, que não é igualado por nenhum outro grupo social. Também faz parte dessa história a ausência de organizações classistas e revolucionárias no seio do proletariado negro, que pudesse entroncar suas reivindicações particulares com as dos trabalhadores em geral, já que compunham sua ampla maioria. Suas organizações estiveram cada vez mais ligadas ao Estado e aos governos. O ápice desse processo é agora, quando organizações como o MNU e a Coalizão Negra por Direitos integram o governo burguês de frente ampla de Lula.

O POR tem trabalhado por desenvolver o programa proletário aplicado às necessidades particulares das massas negras, que no Brasil possuem uma longa história de opressão racial, como manifestação da opressão de classe. Os quase quatrocentos anos de escravidão, a competição desigual com a mão de obra especializada vinda da Europa, a ausência de direitos e garantias mínimas ao longo de todo o século XX etc. impuseram aos trabalhadores negros uma condição de pobreza, que não é igualado por nenhum outro grupo social.

A raiz da opressão racial, como se vê, está assentada na opressão de classe, na escravidão assalariada do capitalismo e na história de discriminação sofrida por essa ampla e majoritária camada social. Sendo assim, não poderá ser resolvida como sonham os reformistas, através de ajustes na lei. A essência do combate ao racismo nos governos reformistas do PT está no binômio educação-punição. Ampliar a educação antirracista e punir exemplarmente os desvios. É sintomático que os defensores do combate legalista ao racismo são os mesmos que afirmam que o racismo é estrutural. Ou seja, pretendem combater um problema que faz parte da estrutura do Estado burguês, com modificações na superestrutura jurídica.

O fim do racismo só poderá ter lugar em uma sociedade superior ao capitalismo, no socialismo. Isso porque não existe capitalismo sem racismo. Será preciso destruir toda a estrutura que alimenta a opressão racial, o que passa por defender as bandeiras que colocam as massas negras em movimento: fim das discriminações na contratação; trabalho igual, salário igual; divisão das horas de trabalho disponíveis entre todos os aptos a trabalhar; aumento geral dos salários e ajuste automático de acordo com a inflação etc.

A aprovação da equiparação dos crimes raciais é uma medida que mascara a raiz da opressão e, assim, não contribui para o avanço da consciência de classe das massas negras exploradas. Ainda que seja um direito democrático daquele que sofre um crime racial ver seus opressores presos e punidos, não é uma solução para combater e erradicar a discriminação racial. A experiência, com a nova lei, servirá para os trabalhadores negros e brancos compreenderem que o racismo somente será erradicado pela revolução socialista.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



Intervenção do POR nos atos de 9 de janeiro

São Paulo

Direções transformam ato contra a aventura golpista em passeata governnista

No dia 9 de janeiro, ocorreram manifestações contra a tentativa golpista em várias cidades do país. Na capital paulista, milhares de pessoas se reuniram em frente ao Masp, caminharam pela Av. Paulista e desceram a Rua Augusta. O ato contou com uma composição social majoritariamente de classe média e esteve sob a política governnista, pacifista e legalista, de acordo com a linha defendida pelas direções sindicais, estudantis. O POR interveio com a política do proletariado, exigindo que as direções erguessem o combate nacionalmente contra as tendências golpistas, mobilizando os explorados no campo da independência de classe, partindo das reivindicações elementares (emprego, salário e direitos) e com o método da ação direta. O Partido não deixou de firmar sua posição frente ao governo recém-eleito de Lula, que é de constituir uma oposição revolucionária, guiando-se pela estratégia própria de poder da classe operária, a luta por um governo operário e camponês.

As direções, ligadas principalmente ao PT, PCdoB e PSOL, foram à Av. Paulista com um discurso inflamado, numa tentativa de contraposição ao ocorrido na tarde do dia anterior em Brasília e outros locais. De maneira geral, prevaleceram as seguintes posições, repetidas à exaustão no carro de som: 1) defesa abstrata e em geral da democracia, das instituições e da Constituição; 2) diante da tenta-

tiva de golpe, defesa do governo da frente ampla; 3) punição via instituições do Estado dos golpistas, mandantes e financiadores, sem qualquer anistia; 4) rechaço à violência como método, levantando a bandeira da ordem e da paz; 5) responsabilização de Bolsonaro e seus comparsas. Chamou a atenção o discurso de Boulos, que acabara de se eleger deputado estadual, defendendo a prisão de notórios representantes do bolsonarismo. O PSTU também esteve presente e procurou se destacar da linha ditada pelas direções, negando o apoio ao governo, embora tenha defendido punição ao golpistas, alimentando ilusão numa saída dependente do Estado e sem indicar a via da organização própria dos oprimidos a partir de suas reivindicações.

O POR montou sua banca de materiais, levou suas bandeiras, formou uma coluna própria na marcha, distribuiu seu panfleto, deu entrevistas expondo sua posição e teve direito a uma fala no carro de som. A linha do Partido se diferenciou radicalmente das formulações políticas das direções, descritas acima: sobre a defesa da democracia, demonstrou que era preciso identificar o conteúdo de classe do Estado, defendendo que não se podia confundir as liberdades democráticas com a ditadura de classe da burguesia, com o Estado, que é um instrumento de opressão da minoria exploradora sobre a maioria explorada; sobre defender ou não o governo Lula,



o POR deixou claro sua posição de colocar em pé uma oposição revolucionária, sem prestar nenhum apoio ao governo de frente ampla; posicionou-se contra confiar no Estado burguês para que punisse os golpistas, colocando que esta tarefa cabia aos próprios explorados, com estes organizados e mobilizados no campo da independência de classe, com suas reivindicações, seus métodos e guiados pela estratégia revolucionária; o POR rejeitou ainda o pacifismo pequeno-burguês, reivindicando a violência revolucionária, em oposição à violência reacionária dos golpistas e do próprio Estado; por fim, buscou demonstrar que, embora Bolsonaro e seus seguidores pudessem ser politicamente identificados como mentores da aventura golpista, era necessário compreender que se tratava da expressão de determinadas frações de classe, como expressão das tendências fascizantes, que emergem da crise do capitalismo e da decomposição da democracia burguesa oligárquica que vigora no Brasil semicolonial.

A manifestação foi encerrada na Praça Roosevelt, sem qualquer indicação de continuidade das ações de rua. A conclusão que se pode tirar disso é que as direções não tinham interesse em de fato se apoiar na mobilização das massas, mesmo que muitos oradores tenham afirmado que o golpismo permanecia vivo. Na prática, implicou a canalização do instinto de luta para a via legal-institucional, confiando na investigação, no julgamento e na punição via Estado burguês. Esse elemento acabou desnudando o receio de que os atos de rua transbordassem seus objetivos e passassem a perturbar a governabilidade de Lula.. Por esse caminho, apesar de ter sido debelada circunstancialmente a aventura golpista, a ameaça direitista permanecerá viva. Cabe à vanguarda com consciência de classe continuar trabalhando para independizar os trabalhadores e a juventude diante dos governos e dos capitalistas.

Pronunciamento do POR

Boa noite, companheiros e companheiras de luta.

Eu sou do Partido Operário Revolucionário, estamos mais uma vez nas ruas de São Paulo, para enfrentar o golpismo e para derrotar a ultradireita. Companheiros, a ameaça imediata do golpismo foi debelada, mas as tendências direitistas, as ameaças permanecem vivas inclusive nas entranhas do próprio Estado. A ultradireita possui os seus parlamentares, juízes e o séquito de lambetas dos militares, justamente por isso é que essas manifestações têm uma importância muito grande. Não tem como derrotar o golpismo e a direita sem ser com os métodos próprios da classe operária. O golpismo não será derrotado por dentro das instituições do próprio Estado, no máximo, eles vão punir um ou outro laranja, enquanto os verdadeiros mandantes, os Estados Unidos [o trumpismo], [setores do] imperialismo, [frações das] oligarquias, esses continuarão mandando e desmandando, e a ameaça golpista continuará de pé.

A única forma de derrotá-los é organizar o movimento nacional do conjunto dos explorados e no campo da independência de classe, unir empregados e desempregados, negros, brancos e indígenas. Devemos unir o conjunto dos explorados do país com as suas próprias reivindicações. Quem acha que dá para derrotar o golpismo sem levantar a defesa do emprego está errado; quem acha que dá para derrotar o golpismo sem levantar a defesa dos salários está errado. Quem acha que dá para derrotar os golpistas sem defender os direitos de conjunto também está errado. O caminho tem de ser o da unidade nacional dos explorados com os métodos próprios da classe operária. Será com a greve, com as ocupações e com o movimento dos trabalhadores é que vamos derrotar as ameaças golpistas e avançar na luta contra a burguesia, contra o seu Estado, em defesa de uma estratégia própria dos trabalhadores, em defesa de um governo operário e camponês, em defesa da ditadura do proletariado e do socialismo.

Viva a luta dos trabalhadores! Abaixo o golpismo!

Paraná

Manifestações contra a tentativa de golpe em cidades do Paraná

Na segunda-feira, dia 9 de janeiro, em Curitiba, Maringá, Ponta Grossa e Londrina, foram realizadas manifestações contra a tentativa de golpe deflagrada no domingo 8 em Brasília. Em todos eles, as correntes que a convocaram e se manifestaram o fizeram em defesa da “democracia”, pela “punição dos responsáveis”, mas com “todas as garantias democráticas” incluído o direito à “ampla defesa”.

Da manifestação em Curitiba, participou inclusive o ex-governador Roberto Requião, que foi candidato a governador do Paraná pelo PT nas últimas eleições e pertence a uma das famílias que compõem a velha oligarquia paranaense. Segundo ele “as manifestações golpistas contra Lula têm os mesmos objetivos daquelas que derrubaram a presidente Dilma Rousseff em 2016: petróleo, Eletrobras, Banco Central independente, manter a CLT sem reforma, dentre outras motivações”. O velho oligarca, que se posa de nacionalista, declarou que “temos de dizer ao Lula, ele tem de entender: estatizar de novo a Eletrobras e retomar o Banco Central para os brasileiros”, reforçando as ilusões democráticas.

Em Londrina, o ato foi convocado pelo PT, MST, PSOL, PCB, PCdoB e alguns sindicatos que orbitam em torno a eles. O tom que predominou nas manifestações foi de defesa da democracia burguesa. O ex-reitor da UEL, Sérgio Carvalho, por exemplo, disse que o ato é uma manifestação em defesa da democracia no

Brasil. “Eu, com mais de 50 anos, vi uma manifestação de ataque contra as instituições democráticas que nunca tinha visto. Qualquer um pode se manifestar a favor ou contra algo, mas não pode se manifestar pregando o golpe de Estado ou atacando e depredando o patrimônio público, principalmente aquele que representa a democracia brasileira”.

O Partido Operário Revolucionário interveio distribuindo o Manifesto nacional “O significado e a importância da tentativa de golpe. O que está colocado para classe operária e demais explorados”, que faz a denúncia da tentativa golpista, indicando que a ultradireita aspirava impor uma ditadura militar sob o auspício do governo bolsonarista; que o curso dos acontecimentos que desembocaram nessa tentativa de golpe revela o quanto a democracia oligárquica e o respectivo governo, seja qual for, estão submetidos à égide do poder militar; e revela também a incapacidade do reformismo petista de alterar as relações ditatoriais que imperam no seio do Estado burguês semicolonial. Reconhece a importância das manifestações como expressão da resistência popular, mas, adverte contra o perigo de se tornarem instrumentos de apoio ao governo burguês de Lula e à frente ampla burguesa que o compõe.

Todos os atos realizados no Paraná acabaram sendo exatamente isso: instrumentos de apoio ao governo burguês do Lula.



Pernambuco - Recife

15 mil vão às ruas contra a tentativa golpista da ultradireita

O ato no Recife foi massivo, saiu da tradicional Praça do Derby e seguiu até o Monumento Tortura Nunca Mais, na Rua da Aurora. Contou com a presença de manifestantes de base, representações sindicais, partidárias e de movimentos sociais, que repudiaram a tentativa golpista da ultradireita bolsonarista. As falas exigiram punições severas à depredação do Planalto, STF e Congresso Nacional, além de denunciarem a conivência das autoridades públicas, também estavam sob a orientação de que a liquidação da ofensiva golpista se dará pela via parlamentar e judicial. Apontavam que a intervenção federal decretada por Lula e as investigações com punições severas deveriam ser complementadas com a luta nas ruas. Dentre as correntes reformistas



e centristas, a fala da militante do PSTU se referiu à necessidade de organização das direções sindicais e ao protagonismo operário na luta por direitos. Mas, o PSTU concluiu a fala apontando como solução o auxílio das forças repressivas, ao invés de uma política claramente proletária e verdadeiramente independente das alternativas burguesas.

O POR atuou com a distribuição do Manifesto nacional “O significado e a importância da tentativa de golpe”, com a exposição dos materiais e fala expressando total repúdio à tentativa de golpe. Ressaltou que somente a organização independente das massas, através de seus métodos próprios de luta e sem ilusão no governo burguês de frente ampla, será capaz de emancipar e garantir pleno respeito às liberdades democráticas.

Eis a intervenção:

Boa noite a todos companheiros, companheiras, aos 15 mil que estão aqui na avenida hoje, nas ruas, para combater essa tentativa de golpe. Esse ato, convocado pelas centrais e pelos partidos tem uma grande importância pois dá uma resposta nas ruas a essa tentativa golpista. Nós do Partido Operário Revolucionário fazemos um chamado para que essa resposta se dê no campo da independência de classe. Porque não dá para a gente combater o golpe às custas dos nossos direitos. Não dá para a gente deixar de defender a revogação da Reforma Trabalhista e Previdenciária, para não assustar os empresários. É necessário lutar sim contra essa tentativa de golpe e mostrar as raízes desse golpismo na formação social do Brasil. Não dá para falar “democracia em geral”, enquanto o poder continuar nas mãos da burguesia. A história do Brasil está repleta de golpes, sob a máscara da democracia. Para combater a ofensiva da ultradireita, é preciso se colocar no campo da independência de classe. Não podemos ocultar que essa ultradireita, bolsonarista, amparada nas classes médias, setores do capital, e alinhada com o trumpismo, também contou com a complacência do Ministro da Defesa, José Múcio. Por isso, a luta no campo da independência

Ceará - Fortaleza

Direções sindicais submetem os explorados à tutela do Estado

Realizado no cruzamento das avenidas 13 de Maio e Universidade, no bairro Benfica, o ato em resposta à aventura golpista na Praça dos Três Poderes em Brasília contou com pouco mais de 2.000 pessoas e encerrou na igreja N. S. Fátima, após percorrer as ruas do bairro. Foi convocado pela Frente Povo Sem Medo e Brasil Popular. Estiveram presentes a CUT, UNE, MST E MTST entre outras entidades, assim como parlamentares reformistas petistas e psolistas.

A CUT não mobilizou os trabalhadores para o ato. Nenhuma campanha foi feita nas portas de fábricas, terminais de ônibus etc. As entidades fizeram a convocação, principalmente, via redes sociais. Não casualmente, o ato se restringiu à presença da juventude, servidores e demais segmentos da pequena burguesia. Sequer o tradicional caminhão de som, geralmente utilizado nas manifestações foi usado, o que impossibilitou a fala das correntes.

O ato foi marcado pelo predomínio da política reformista, que exigia da justiça burguesa a identificação e responsabilização criminal dos grupos bolsonaristas envolvidos nos ataques

depende da gente se mobilizar por nossas reivindicações. Muito se fala aqui do fim da Ditadura Militar, e é importante lembrar que a classe operária, naquele momento, se levantou em defesa dos empregos, contra o arrocho salarial. E hoje, embora a gente tenha esses 15 mil companheiros aqui na rua, a classe operária ainda está ausente, e para enfrentar o golpismo a classe operária vai ter de estar em movimento, na luta pelas suas reivindicações. Para isso, é necessário mobilizar a classe operária, os demais oprimidos, para erguer um movimento classista, que parta das reivindicações de empregos, salários, direitos, revogações da Reforma Trabalhista e Previdenciária, e, junto com isso, lutar contra as tentativas de golpistas. Sem abstração, sem democracia em abstrato, lutando pelas nossas reivindicações, junto com a estratégia de fim da dominação burguesa, por uma verdadeira democracia proletária, que só pode ser fruto da Revolução Socialista.

Abaixo a tentativa golpista! Viva a luta nas ruas!



aos prédios do STF, Congresso Nacional e Palácio do Planalto. Frases como: “sem anistia” e “cadeia para os terroristas”, ou “democracia sempre” foram levantadas ao longo de todo o percurso pela maioria das correntes.

O POR interveio com sua coluna de militantes e suas bandeiras; com a venda do jornal Massas, com a agitação de palavras de ordem e a distribuição de seu Manifesto nacional, onde destaca a necessidade de combater as tendências golpistas da ultradireita por meio da ação direta coletiva, com independência de classe, exigindo das centrais, sindicatos e movimentos a convocação de mobilizações nacionais sobre a base de um programa de reivindicações próprio dos explorados.

As tendências golpistas são expressões da crise política do regime. A luta contra a ultradireita fascizante não pode ser confundida com a defesa do governo burguês de Lula-Alckmin, nem com a defesa estratégica da democracia burguesa. O POR interveio e procurou influenciar a vanguarda militante com essa linha, a única capaz de assegurar a independência de classe diante da profunda divisão interburguesa.

Rio Grande do Norte

O ato em Natal contou com cerca de mil pessoas. A concentração ocorreu na calçada do Midway, às 17h e, após certa demora, iniciou a caminhada ao longo da Av. Salgado Filho, concluindo em frente à Igreja Universal. Participaram partidos (PT, PSOL, UP/PCR, PSTU, POR entre outros), movimentos (MST, MLMP etc.), sindicatos (Bancários, SINTE, SINDSAÚDE, etc.) e entidades estudantis. Predominaram as bandeiras de “prisão aos golpistas e à Bolsonaro” e “sem anistia”. O ato, como é de costume das direções reformistas, trouxe no seu chamado a defesa da “democracia” burguesa. Ou seja, bandeiras reformistas que implicam o fortalecimento das instituições repressivas do Estado, que cedo ou tarde se voltarão contra o movimento dos explorados pelas suas reivindicações.

O POR atuou com o manifesto e a intervenção no carro de som. Eis:

“Boa noite companheiros! Temos visto o crescimento das tendências golpista. Desde o 7 de setembro, principalmente depois da derrota de Bolsonaro, os caminhoneiros bloquearam as rodovias e os acampamentos em frente aos quartéis de polícia foram se espalhando para várias capitais. Tudo aos olhos vistos das forças policiais e das Forças Armadas. Os golpistas não

conseguiram dar o golpe agora, mas as tendências golpistas da ultradireita continuam e se fortalecem, conforme avança a crise econômica e a crise política. Não serão as instituições, muito menos um governo de frente ampla, que combaterá as tendências golpistas. Somente a classe operária organizada e unida, nas ruas, empunhando suas reivindicações poderá barrar os atos golpistas. É preciso organizar uma luta, companheiros, para enfrentar os capitalistas que financiam os golpistas. Uma luta em defesa do salário mínimo vital, porque um salário de R\$ 1302,00 mal dá para comer. É preciso lutar para garantir o financiamento integral da educação, portanto dar um basta aos cortes de recursos. Somente por meio da luta coletiva, com os métodos próprios dos explorados, que poderemos conquistar nossas reivindicações. Somente se colocando pela independência organizativa e política da maioria oprimida diante do Estado e governos burgueses é que combateremos os atos golpistas e defenderemos as reivindicações.

Vamos à luta companheiros, construir a unidade em torno das reivindicações. Nada de submeter as organizações dos trabalhadores ao governo de frente ampla! Luta revolucionária pelas reivindicações!”

Amazonas

Manifestação em defesa da “democracia em geral”

Em Manaus, o ato contou com a presença de diversos movimentos e representantes de sindicatos e partidos como SINTEAM, ASPROM, CTB, UEE, MEIAM etc. A manifestação reuniu dezenas de pessoas no Largo de São Sebastião, no centro de Manaus. Só puderam falar os representantes de sindicatos e movimentos presentes, e políticos como o deputado estadual Sinésio (PT) e do vereador Sassá (PT). Em geral, as falas focaram na defesa da democracia, da bandeira de “sem anistia” e defesa do governo atual. Acreditam realmente que o governo Lula poderá significar uma melhoria geral nas condições de vida das massas e que a ultradireita é apenas expressão dos “setores reacionários” da sociedade. Ninguém tocou no papel do imperialismo na disputa interburguesa.

Além disso, nenhum dos movimentos defendeu a democracia operária, a democracia para os milhões de brasileiros, que

sobrevivem em situação de desemprego, fome e miséria. A defesa da democracia “abstrata” é parte da disputa interburguesa. Como não foi aberto para todos os presentes, o POR não pôde usar a tribuna para expressar a posição de independência de classe e de oposição revolucionária ao governo, com o combate aos bandos fascistas. Foi distribuído, no entanto, o Manifesto do partido “O significado e a importância da tentativa de golpe”, que mostrava a necessidade de levantar as reivindicações e combater tanto a ultradireita quanto o novo governo burguês.

Em Humaitá, não houve ato organizado, dada a desmobilização geral do movimento de professores e estudantes. Mas ocorreu uma assembleia docente à noite na qual se pôde analisar o impacto dos atos dos grupos golpistas e levantar o repúdio à ação dos bolsonaristas.

São Paulo

Entrevista para o canal Mesa de Debates no ato do dia 9, na Av. Paulista

Durante o ato ocorrido no dia 9, na Av. Paulista, o Canal Mesa de Debate solicitou uma entrevista com o POR. Transcrevemos aqui, pois faz uma síntese de nosso posicionamento diante da aventura golpista bolsonarista e sobre o governo de frente ampla de Lula.

Boa noite, aqui é o Ulisses do Mesa de Debates, estou aqui em São Paulo, na avenida Paulista, no Vão do MASP, entrevistando um militante do POR. Queremos saber como você está encarando essa atual mobilização contra o terrorismo ou nazifascismo ou golpismo, como quiser chamar, o que você acha dessa mobilização, se ela é efetiva? O que você acha do golpismo, como a gente deve lutar e combater para avançar? Não só contra o golpismo, mas no sentido da revolução também.

Valeu, eu sou militante do Partido Operário Revolucionário, e nossa posição, que está expressa no Jornal Massas e no manifesto que acabamos de publicar e estamos entregando aqui nessa manifestação, é de que a eleição de Lula não freou as tendências

fascistas que estão implantadas no país. As tendências permanecem e uma grande ilusão, infelizmente uma grande ilusão na esquerda, que acreditou que a eleição resolveria o problema do bolsonarismo. Dissemos muitas vezes que eleição não resolve o problema do fascismo. O fascismo, ou melhor, as tendências fascistas só podem ser respondidas na luta de classes, na rua. Nesse sentido, entendemos que as tendências fascistas cresceram justamente no espaço deixado pela esquerda, pela falta de mobilização, pela falta de organização da esquerda.

O espaço deixado na luta de classes foi o que permitiu o crescimento das tendências fascistas, ou seja, o crescimento da ultradireita, do bolsonarismo. Basta lembrar que os sindicatos e os movimentos populares ficaram fechados por 1 ano e 3 meses na pandemia, enquanto a burguesia, o governo Bolsonaro, aplicavam suas medidas de ajustes, de defesa do capital, a MP 936 etc. Então, nesse sentido, as tendências fascistas cresceram. E agora precisamos recuperar o terreno.

O problema é que na eleição manteve-se uma ideia, uma ilusão de que só essa eleição resolveria. O que a gente viu na prática é que não resolveu. Primeiro, pelos bloqueios bolsonaristas, dos caminhoneiros, que mostraram uma força, ainda que desorganizados, ainda que sem uma direção muito clara, eles mostraram uma força, porque paralisaram o país ali por um dia, com os bloqueios de estrada. Os acampamentos na frente dos quartéis. E agora essa ofensiva lá em Brasília mostrou que o bolsonarismo está vivo.

A esquerda pelo que temos visto, se mantém na passividade, porque apesar de fazer um ato, ela está pedindo que o Estado burguês resolva. Ela está pedindo que aumentem as leis repressivas. Ela está pedindo que o STF resolva o problema do bolsonarismo. Isso é um erro brutal, porque pedir mais repressão para o STF e para o Estado, é pedir para a polícia e para a justiça treinar com os bolsonaristas o que vão fazer com a gente lá na frente. Uma medida repressiva agora, uma lei que aumente as restrições vai servir contra nós, contra os trabalhadores quando eles se mobilizarem por suas reivindicações.

Então a nossa defesa, para concluir, a defesa do POR é de que para responder essa ofensiva é preciso organizar a classe.

Não numa manifestação única, como a de hoje, mas com uma mobilização permanente da classe, através das assembleias, nos seus sindicatos, nos movimentos populares, mobilizar os trabalhadores para retomar a luta e para não ter nenhuma confiança nesse governo burguês que acabou de se eleger. O governo Lula é um governo burguês de frente ampla que não defende o interesse dos trabalhadores, ele defende os capitalistas. Por isso, temos que lutar contra o bolsonarismo e também contra a frente ampla, contra esse governo burguês. E como faz isso? Através das mobilizações com uma plataforma de reivindicações própria, que não vai se confundir com a oposição burguesa, porque o bolsonarismo não defende revogação da reforma trabalhista, não defende emprego para todos, não defende aumento geral dos salários, o bolsonarismo não defende nada disso. Não temos que ter medo de fazer oposição ao Lula, de ser confundido com a oposição burguesa, porque as nossas bandeiras, as nossas defesas são inconfundíveis com as defesas da direita. Essa é a política do Partido Operário Revolucionário para responder às tendências fascistas. É com os trabalhadores na rua com sua política própria, não com a política burguesa do governo Lula.

Campanhas POR

Ceará

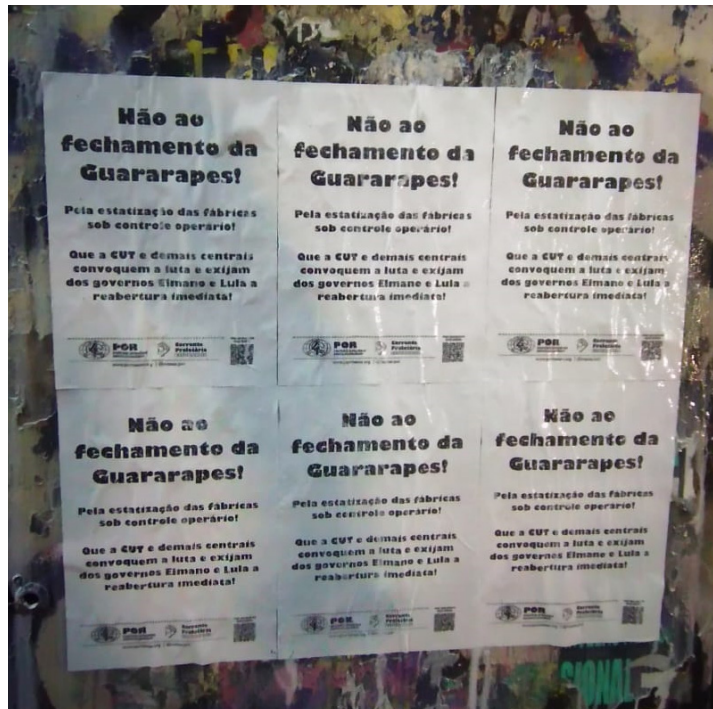
Campanha do POR contra o fechamento da Guararapes

No dia 10 de janeiro, o controlador do grupo Riachuelo comunicou oficialmente o encerramento das duas fábricas da Guararapes em Fortaleza, para concentrar sua produção no Rio Grande do Norte. Com o fechamento, cerca de 2.000 operários e costureiras foram demitidos.

O desligamento até então 'temporário' dos operários, aconteceu já no fim de 2021. No dia 10 de janeiro, a empresa convocou formalmente os operários para anunciar a desativação das unidades. A empresa ofereceu o pagamento dos direitos trabalhistas e demagogicamente "presenteou" cada costureira demitida com a máquina de costura com a qual trabalhavam. A Guararapes tem estimulado as costureiras a montarem suas próprias 'facções têxteis', uma modalidade bastante comum de superexploração da força de trabalho, sem nenhuma cobertura trabalhista e previdenciária.

O fechamento da Guararapes reflete o processo internacional de desindustrialização, que atinge com particular força os países semicoloniais da América Latina. As consequências desse processo de destruição de forças produtivas – expressão da crise

mundial capitalista - são o aumento do desemprego, do subemprego, o rebaixamento do valor médio da força de trabalho, o aumento da fome e da miséria das massas.



O Partido Operário Revolucionário atuou nos últimos anos nas fábricas da Guararapes com o Boletim Nossa Classe, defendendo os salários, melhores condições de trabalho e denunciando o abandono da categoria por parte da direção do sindicato das costureiras e alfaiates. Realizou a campanha contra a superexploração das operárias, portanto, contra a obrigatoriedade de uma hora a mais por dia e aos sábados, durante a pandemia.

Contrariamente ao silêncio das correntes de esquerda que aceitam o fechamento como um fato consumado, produto da reestruturação produtiva etc., o POR responde ao fechamento da Guararapes com uma campanha exigindo das centrais, sindicatos e movimentos a luta imediata contra

as demissões, pela estatização das fábricas sob controle operário. Levanta a bandeira: "Fábrica fechada, fábrica ocupada". Essa é a única resposta à destruição das forças produtivas e à decomposição capitalista.

Notas do Boletim Nossa Classe – São Paulo

Mal iniciou o ano, já veio o layoff

Diante das lamentações e do anúncio de demissões por parte da empresa Dura Automotiva, na região de Rio Grande da Serra, a direção do sindicato, rapidamente aceitou o acordo de layoff. Para dar ares de democrático, realizou uma assembleia no dia 6 de janeiro apenas para referendar a negociata entre a empresa e os burocratas do sindicato. Coube ao operário do Comitê Sindical de Empresa (CSE) a triste tarefa de convencer os companheiros de que a suspensão dos contratos de trabalho (layoff) era a única saída diante das demissões. Como já se tornou comum que após o layoff vêm as demissões, o integrante do CSE quis dar uma palavra de alento aos operários, dizendo que tinha certeza de que logo mais estariam de volta à fábrica, porque esse ano será melhor tanto para empresa quanto para a indústria em geral. Está aí o papel da direção sindical, que

inclui o CSE, ou seja, proteger os negócios dos capitalistas à custa do emprego dos trabalhadores.

Ao contrário da conduta da burocracia sindical, os operários coletivamente podem defender os empregos. O Boletim Nossa Classe faz campanha em torno à bandeira: “Emprego não se negocia, se defende com luta”, defendendo que o sindicato convoque uma assembleia democrática e aprove o caminho da luta direta para enfrentar às demissões. O que ocorreu na Dura Automotiva não será um caso isolado. Conforme a crise econômica avance, mais e mais patrões usaram do expediente do layoff e do PDV para demitir. O Boletim Nossa Classe responde: é preciso organizar, desde já, um amplo movimento nacional, que inicia nas fábricas e se projeta por meio de uma poderosa greve em defesa dos postos de trabalho.

Paraná - Londrina

Boletim Nossa Classe - Janeiro

Dando sequência ao trabalho de propaganda nas fábricas da região, no dia 12 de janeiro foi distribuído o Boletim Nossa Classe em uma das fábricas. Nesta edição, o Boletim expôs a posição do partido acerca da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro, explicando que a ultradireita aspirava impor uma ditadura militar, sob a orientação do governo bolsonarista. Que Lula venceu as eleições no marco de uma divisão interburguesa e de uma polarização causada por uma profunda crise política, cujo resultado principal foi o de afastar a fração militar bolsonarista do centro da governabilidade. Que somente a classe operária pode dirigir um movimento de maioria oprimida contra as posições e organizações da ultradireita, sem, contudo, de deixar de lutar contra todas as variantes da política burguesa, que inclui o pseudo reformismo encarnado pelo PT. Conclui com a afirmação de que o Boletim Nossa Classe (POR) se coloca claramente contra o movimento golpista, defendendo que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a mobilização nacional sobre a base de um programa de reivindicação dos explorados e no terreno da mais completa

independência ideológica, política e organizativa diante do novo governo burguês de Lula.

Na mesma edição, também se denuncia a privatização da COPEL, a companhia de energia elétrica do estado do Paraná que o governador Ratinho Jr. entregou no final do ano passado; o aumento da tarifa do transporte coletivo da cidade autorizado pelo Prefeito Marcelo Belinati; a denúncia que o governo Lula manterá as contrarreformas trabalhista e previdenciária, aprovadas durante os governos Temer e Bolsonaro.

O Boletim conclui com a exposição da linha do partido acerca da guerra na Ucrânia, diz: “O Boletim Nossa Classe defende que a classe operária e demais explorados se coloquem pelo: Fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação”.

São Paulo

Governo Lula intervém para cancelar a paralisação dos entregadores de APPs

Estava marcada para o dia 25 de janeiro uma paralisação dos entregadores de aplicativos, chamada em diversos estados. Em São Paulo, a manifestação seria na sede da iFood, em Osasco. No entanto, o governo Lula agiu rápido para desmobilizar a categoria, acenando para uma futura regulamentação, sem, no entanto, apresentar nada concreto. A reunião aconteceu no dia 17, com Gilberto Carvalho, secretário de economia solidária do Ministério do Trabalho. No dia 18, na reunião que Lula teve com as direções sindicais, o tema também foi abordado, novamente sem nada concreto para os entregadores. Além disso, ficou pro-

metida uma reunião com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, daqui a 30 dias. Como se vê, o governo manobrou para desmobilizar a categoria. Por fora das instâncias do governo, houve grande pressão das bases petistas para que os trabalhadores cancelassem sua manifestação, sob o argumento de que “não é o momento” e “fortalecerá a extrema direita”.

A direção dos entregadores, reunida na Aliança dos Entregadores de Aplicativos, errou ao acreditar que será cumprida a promessa de regulamentação trabalhista pelo governos burguês de Frente Ampla, encabeçado pelo PT. O cancelamento da mani-

feição legítima da categoria dos trabalhadores informais contra a exploração que são submetidos pelas empresas de delivery foi uma amostra do que o governo Lula/Alckmin, amparado pelas direções dos sindicatos e centrais sindicais, tem a oferecer aos trabalhadores nos próximos anos. É importante perceber como a Frente Ampla atua concretamente: ao desmobilizar a categoria, o governo protegeu as empresas, já que as reivindicações não se dirigiam apenas ao governo, mas principalmente aos capitalistas do setor.

Os entregadores por aplicativos sofrem com o trabalho precarizado oferecido pelas grandes empresas de delivery. São necessárias muitas horas sobre um banco de bicicleta ou moto para receber uma remuneração que mal supre suas necessidades básicas. Essas empresas garantem seus lucros milionários através da exploração do trabalho do entregador, da ausência de custo com os direitos trabalhistas (salário indireto), além de transferir os custos do próprio trabalho para o empregado (gasolina, IPVA, manutenção, aluguéis dos veículos, etc.).

As reivindicações do movimento são: 1) regulamentação federal para a categoria; 2) apólice de seguro; 3) reajuste dos valores de entrega; 4) fim das entregas múltiplas; 5) OLS (Operador Logístico); 6) volta do plano "Bike R\$ 9,90". Toda a desregulamentação trabalhista que os entregadores enfrentam expressa a aliança entre os capitalistas e seus governos, já que foi através das contrarreformas (trabalhista e previdenciária) e leis de destruição da CLT (terceirização, "Pejotização" etc.), que atingiu-se o elevado grau de exploração que sofrem hoje em dia. A ten-

tativa de conquistar o reconhecimento e a regulamentação da categoria, ou seja, uma certa garantia de direitos amparados em leis trabalhistas, é sempre o horizonte desejado pelos trabalhadores informais.

Trata-se de uma categoria profissional pulverizada, fortemente disciplinada pela pressão patronal, esmagada pela ideologia burguesa do empreendedorismo, sem histórico de luta e carente de uma direção política classista e revolucionária. Com tantos fatores contrários, a realização do ato marcaria mais um importante passo à frente na luta pelas necessidades mais sentidas dos explorados. Sua importância estaria na experiência das massas com o atual governo, pois seria a primeira que reivindica melhorias nas condições de trabalho. Por outro lado, o próprio cancelamento devido a intervenção do governo deve servir de lição a ser assimilada pela vanguarda com consciência de classe.

As reivindicações dos entregadores expressam a condição em que vive a maioria dos trabalhadores no país. Essa luta deve se apoiar na unidade dos entregadores e demais explorados, empregados e desempregados, além da juventude, que é empurrada para os trabalhos precarizados, e que são submetidos às maiores atrocidades que a fase de decomposição do capitalismo tem a oferecer. Assim, se impõe para esses trabalhadores além da luta por suas reivindicações específicas, a luta pela independência de classe, como forma de combate tanto os capitalistas do setor, como o governo, que servirá ao longo dos próximos anos como um freio na luta de classes.

Caieiras – São Paulo

Que o sindicato SINTERCOJ convoque uma assembleia para organizar a luta em defesa do emprego, salário e direitos

A empresa Torres Vianna, no mês de dezembro de 2022, demitiu as trabalhadoras da cozinha das escolas estaduais da Diretoria de Ensino de Caieiras. Ocorreram as demissões depois que a direção do sindicato, sobre a pressão das bases, realizou uma reunião neste mesmo mês na Diretoria de Ensino com a empresa. Mas, antes da reunião do sindicato, neste mesmo mês, as trabalhadoras que tomaram à frente da situação estavam se articulando para fazer um ato político em frente à Diretoria de Ensino. Porém, a informação chegou até o sindicato. E a empresa Torres Vianna, para dividir as trabalhadoras, fez alguns pagamentos que estavam atrasados. E logo depois veio essa reunião que o sindicato divulgou nas redes sociais. As trabalhadoras tinham toda razão em chamar um ato político em defesa dos seus direitos, mas não tiveram a força necessária para materializá-lo. Isso por que há um obstáculo, que é a direção do sindicato, que é incapaz de convocar uma assembleia e organizar a luta contra o descaso das empresas terceirizadas e fazer uma campanha pelo fim da terceirização. O que implica exigir que o governo efetive todas trabalhadoras terceirizadas, com os mesmos direitos dos funcionários de escola. Ou seja, trabalho igual, salário e direitos iguais.

A Corrente Proletária vem atuando no movimento dos trabalhadores terceirizados. As empresas que prestam serviços

ao governo praticam a mesma política: pagam salários de fome, exploram o máximo possível, atrasam os salários, cesta-básica, demitem quando lhe convém e não pagam os direitos. O que ocorre em Caieiras também ocorre em Mauá e na capital São Paulo. Assim, a Corrente Proletária tem aproveitado essa experiência para explicar o que é uma direção sindical classista e de luta e o que é uma direção sindical colaboracionista com o governo. Tem mostrado a importância da luta coletiva, que difere da suposta organização por meio de redes sociais. E, principalmente, evidenciado os métodos próprios dos trabalhadores, que são as manifestações de rua, as assembleias, as paralisações e as greves. E ressaltado que o êxito de uma luta depende da unidade dos trabalhadores terceirizados com os demais explorados.

O sindicato é uma verdadeira escola para todos os trabalhadores. O papel da direção do sindicato é visitar as escolas, fazer as reuniões e convocar as assembleias. E toda atividade do sindicato tem de ser presencial. Uma das lições que é possível extrair desse movimento é a urgência de construir uma direção de luta para o sindicato. E o primeiro passo está em organizar uma oposição ao sindicato, que inicia reunindo as trabalhadoras que vêm despontando nesse movimento.

São Paulo - ABC

Uma lição de luta das trabalhadoras terceirizadas da Dinamic para receber seus salários e direitos

Em nove de janeiro 2023, mais uma vez, a primeira foi em doze de dezembro do ano passado, os funcionários da empresa terceirizada Dinamic compareceram à Diretoria Regional de Ensino de Mauá, para cobrar os seus salários atrasados e os direitos, como vale transporte, refeição e todos os outros, a exemplo do FGTS, que foi descontado em folha e não foi depositado. A proprietária da Dinamic esteve presente e foi convocada pelo dirigente de ensino a dar esclarecimentos. Segundo a empresária, o não pagamento dos salários se deu por falta de dinheiro. Pediu um prazo, o que gerou uma revolta dos terceirizados. Dessa forma, a direção do sindicato Siemaco defendeu que enquanto não houvesse pagamento ninguém trabalharia. Os trabalhadores exigiram que a empresa tivesse seu contrato cancelado, pois em apenas dois meses que venceu a licitação atrasou os salários e não pagou os direitos. Aprovou-se a ida até à Secretaria da Educação, no dia onze, para apresentar todos os problemas gerados pela terceirização nas escolas. Nesse dia, uma comissão de trabalhadoras e o Siemaco foram recebidos por um assessor responsável, que ouviu as reivindicações, porém não apresentou nenhuma solução, apenas disse que “ existe de fato muitas empresas “gatos” na educação “. Nesse mesmo dia, a empresa pagou os salários, mas para algumas trabalhadoras, deixando sem salário o restante. O que resultou em novo protesto no dia 18, na Diretoria de Ensino de Mauá. Nessa ocasião, a imprensa televisiva e o jornal local estiveram presentes e puderam verificar os relatos das trabalhadoras sem salários e direitos. Depois desse protesto, segundo informações, o governo encerrou o contrato dessa empresa. Isso já foi um ganho, mas a luta tem de avançar no sentido de extirpar a terceirização e exigir que o governo efetive todas as trabalhadoras terceirizadas.

A Corrente Proletária na Educação tem impulsionado a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras terceirizadas. Inicialmente, os militantes exigiram que a direção da Afuse, Sindicato dos funcionários do estado, assumisse a defesa das trabalhadoras. Mas a burocracia do sindicato se negou a organizar a luta das funcionárias terceirizadas. Depois, recorreram ao Siemaco, que é o Sindicato que formalmente representa os terceirizados. Diante da pressão, o Siemaco passou a acompanhar o movimento, mas tem rejeitado convocar uma assembleia de todos os terceirizados.

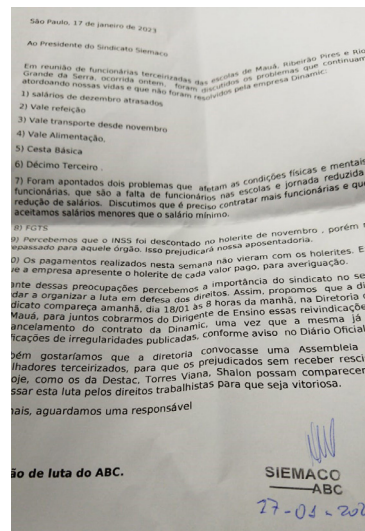
São Paulo - Francisco Morato

Construir os comitês de luta por emprego, salário, direitos e moradia

Construir os comitês de luta para organizar os explorados e lutar pelas reivindicações, como o emprego a todos, o salário mínimo vital que possa cobrir as necessidades da família trabalhadora, a saúde e a educação públicas e o direito a uma moradia digna, é uma tarefa imprescindível. A experiência vem mostrando que essas reivindicações básicas somente serão conquistadas com nossas próprias forças, ou seja, com a luta nas ruas.

O problema da moradia tira o sono dos trabalhadores, porque a imensa maioria recebe um salário de fome. Basta ver que o salário mínimo, agora de R\$ 1.302,00, que mal dá para adquirir a cesta-básica, que em dezembro custava R\$ 791,29. Como pagar aluguel e manter as contas de água, luz e energia em dia?

O desemprego, subemprego e os salários miseráveis vêm gol-



Isso por que o que ocorre na Dinamic também ocorre em outras empresas prestadoras de serviços para o governo. Até o momento, o governador e seu Secretário da Educação continuam de olhos fechados diante da brutal situação que as empresas terceirizadas têm imposto aos trabalhadores, na sua grande maioria mulheres.

Na educação, desde o ano 2000, os governos, seja estadual ou municipal, vêm terceirizando os setores de limpeza e merenda. A expansão se deu a partir

da aprovação da Lei da Terceirização, criando centenas de empresas “gatos”, como foram chamadas pelo assessor do governo, que tem conhecimento das maracutaias dessas empresas e, fundamentalmente, do não cumprimento dos direitos trabalhistas e pagamento do salário, que é miserável. Por outro lado, nem Afuse, nem Siemaco se colocam por organizar a luta dos terceirizados, que estão submetidos a uma violenta superexploração, aos baixos salários, aos atrasos constantes de pagamentos e direitos. O pouco que existe de protesto se deve ao empenho da militância da Corrente Proletária e de algumas poucas correntes de esquerda, que têm atuado junto as terceirizadas nos atos regionais e na Secretaria da Educação, no sentido de organizar a luta coletiva.

É importante destacar que, apesar de todos os obstáculos, tem aumentado a consciência dos terceirizados de que é fundamental a luta nas ruas, a unidade com todas as trabalhadoras terceirizadas contratadas por outras empresas, e, principalmente, a unidade com os demais explorados. Também a importância de intervir no sindicato, para que esse instrumento de luta seja colocado a serviço dos trabalhadores.

peando a população pobre de Francisco Morato. Não por acaso tem crescido o número de moradias nas encostas dos morros e na beira de córregos, de casas de madeira e barracos. Com as chuvas de janeiro, a situação tem se tornado dramática para as famílias, que são empurradas a conviver com o perigo constante de uma tragédia.

Durante o período eleitoral, os politikeiros prometeram acabar com a fome, a miséria, a aumentar o valor do salário mínimo e a construir as moradias populares. Depois das eleições, os explorados estão vendo que as promessas foram palavras ao vento. As direções sindicais e populares, que deram o sangue para arrancar votos nos bairros pobres, agora, pedem calma porque o governo acabou de tomar posse. A demora da Associação

Chico Mendes em marcar uma assembleia por moradia se deveu à submissão às eleições burguesas. A assembleia, prevista para 20 de novembro, onde o dirigente da associação pediu o espaço da Câmara municipal de Vereadores, foi desmarcada.

Agora, a Associação Chico Mendes “Moradia Digna. Uma propriedade social” convocou uma assembleia para 22 de janeiro de 2023, em Francisco Morato. Os moradores devem comparecer e tomar à frente da mobilização. Para isso, é preciso

construir o comitê de luta, para impulsionar o movimento por moradia, emprego e salário, por meio dos métodos próprios dos trabalhadores. Mas é fundamental compreender que é necessário defender a independência organizativa e política, portanto, não se submeter às promessas eleitoreiras dos politiquinhos. O movimento só vai ganhar força combatendo a política de conciliação de classe das direções sindicais e populares.

Rondônia

Responder mais esse ataque do prefeito por meio da luta coletiva

O aumento das passagens dos transportes coletivos em Porto Velho, como todo ano, aconteceu em dezembro, período de férias estudantis, segmento que geralmente tem se organizado contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. Assim, sem nenhuma resistência dos trabalhadores e da população pobre, o prefeito de Porto Velho Hildon Chaves (PSDB) fez um acordo com os empresários para reajustar as passagens, subindo de R\$4,05 para R\$ 6,00, um aumento de 48,1%. A prefeitura, portanto, assinou um contrato de reajuste com a concessionária, que prevê este aumento de aproximadamente 50% no valor do atendimento ao usuário do transporte se for pago em dinheiro ou mesmo pelo cartão ComCard. Para os usuários do cartão de estudante, a taxa é de R\$2,25, ou seja, 50% do valor a ser paga pelos cartões na modalidade cidadão e vale-transporte, que passou a ser de R\$ 4,50.

Até o momento, as direções sindicais, populares e estudantis

estão caladas. Mas, a maioria explorada que depende do transporte público tem de exigir que essas direções organizem um movimento contra esse brutal reajuste. O desemprego e subemprego continuam grandes, o salário mínimo de R\$ 1302,00 mal dá para comprar uma cesta-básica, o valor do aluguel está nas alturas e o preço das tarifas como água, gás e energia estão insustentáveis. Para isso, é preciso exigir que essas direções convoquem as assembleias e aprovelem o caminho para enfrentar os governos e os capitalistas, que descarregam o peso da crise econômica sobre as costas da maioria oprimida.

A Corrente Proletária também defende que é preciso erguer uma campanha pela estatização dos transportes públicos e que seu controle passe para as mãos dos trabalhadores. Campanha essa que se soma à luta pelo emprego, salário, direitos trabalhistas, saúde e educação públicas e moradia a todos.



São Paulo – Corrente Proletária na Educação **Reação dos governadores e prefeitos diante do reajuste do Piso Nacional do Magistério** *Uma só luta nacional pela reposição das perdas salariais, pelos direitos que foram arrancados e pela estabilidade a todos os trabalhadores da educação*

Toda vez que o governo federal anuncia a correção do Piso Nacional do Magistério, governadores e prefeitos se colocam contra a concessão do valor. As direções sindicais, em particular a Confederação Nacional da Educação (CNTE), por outro lado, transformam as campanhas salariais na exigência do cumprimento da lei do Piso, alegando que é a forma de “valorizar” o trabalho do professorado. Agora, com a vitória de Lula, já durante o “governo de transição”, estiveram presentes reivindicando o anúncio imediato da correção do Piso Nacional. Atendendo ao pedido, assim que o petista Camilo Santana tomou posse do Ministério da Educação tratou de publicar o reajuste de 14,95%, passando de R\$.3845,00 para R\$ 4.420,55, para uma jornada de 40 h-relógio, ao educador com formação de nível médio.

De acordo com a Lei do Piso, todo ano é preciso corrigir de acordo com o crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental, estabelecido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Para 2023, o Fundeb estabelecia o reajuste de 15% no valor. Portanto, o que o Ministro fez foi aplicar a correção de acordo com o Fundeb. Lembremos que o Piso Nacional do Magistério foi criado pelo governo Lula, em 2008, atendendo a uma reivindicação do magistério, mas concedendo um prazo de 18 meses para que os estados e municípios cumprissem a Lei.

Todos os anos, os prefeitos e governadores travam uma guerra de braço com os sindicatos, sempre justificando que não há condições de conceder o reajuste. Foi o que fez, agora, a Confe-

deração Nacional de Municípios, que orientou os prefeitos a ignorarem o aumento anunciado e defendendo a correção pela inflação, estipulada em 5,93%, sempre em nome de não “quebrar” as finanças dos municípios. No ano passado, vários prefeitos e governadores concederam reajustes menores, outros deram o índice na forma de gratificação, ou em parcelas. Também não podemos deixar de lembrar que alguns governadores, como Doria em São Paulo, que concedeu o reajuste na forma de gratificação, procurou por outras vias cortar “gastos” com a Educação, impondo um “novo Plano de Carreira”, avançando na contratação de professores temporários (categoria O), introduzindo o ensino a distância (EaD) e ampliando a terceirização nas escolas.

Mas, as direções sindicais deixam de lado as perdas salariais do magistério e transformam as campanhas salariais no combate para que haja o cumprimento da Lei do Piso. Em alguns estados governados pelo PT, como foi o caso do Rio Grande do Norte, as direções acabaram aceitando acordos de parcelamento do reajuste do Piso Nacional com os prefeitos que se recusavam a cumprir a Lei.

O fundamental está em que os salários dos professores acumulam perdas volumosas, em São Paulo. A direção da Apeoesp diz que a campanha salarial de 2023 tem de incorporar o pagamento de 10,15%, referente ao reajuste de 2017, mais 33,14% do de 2022, e os 14,95% da Lei do Piso desse ano. Essa lista de pedidos serve apenas para mostrar a enorme perda salarial dos últimos anos. Isso por que a direção do sindicato apostou na via de cobrar por meio da Justiça e esse caminho tem acumulado somente derrotas, porque como o próprio sindicato diz “conquistamos, e foi bloqueado pelo Supremo Tribunal Federal”.

A luta pela exigência do cumprimento da Lei do Piso, este ano tem uma particularidade. A correção de 14,95% foi determinada pelo governo do PT. A CNTE e os sindicatos controlados

pelos direções petistas não vão reclamar do valor estipulado. Vão apenas se limitar à pressão para que governadores e prefeitos cumpram a Lei. Sequer poderão retomar o discurso em torno ao salário mínimo do Dieese, porque esse está em R\$ 6.647,63, portanto seria preciso um índice de 72,86% no Piso Nacional. No caso de São Paulo, como estado está nas mãos do bolsonarista Tarcísio de Freitas, o combate se voltará ao governador. Mas, não poderão usar a denúncia de que Tarcísio rejeita conceder os 14,95% quando seu salário foi corrigido em 50%. Isso por que o PT votou em favor à concessão de 50% de reajuste dos salários do governador e de seus secretários. Certamente, se limitará a pedir o pagamento da Lei do Piso.

A direção da Apeoesp e dos demais sindicatos têm a tarefa de convocar, logo no início do ano letivo, uma assembleia. Para isso, é preciso reorganizar o trabalho nas regionais, romper a passividade, traçar um plano de visita às escolas e reuniões de representantes de escolas, visando uma assembleia massiva. Isso para aprovar coletivamente o caminho da luta pela reposição salarial. O que implica rejeitar a via da pressão parlamentar e da judicialização. A luta por salário deve estar combinada com a defesa do emprego a todos, ou seja, a retomada da campanha pela estabilidade aos professores contratados. E pelo combate ao Plano de Carreira, que colocou fim às conquistas do magistério.

Um poderoso movimento em São Paulo potencia a luta em outros estados, o que obriga a direção da CNTE sair do discurso demagógico e se colocando por organizar uma greve nacional em defesa da reposição das perdas do magistério, dos direitos que foram arrancados e da estabilidade de todos os trabalhadores da educação. Por meio dessa luta, exigir que o ministro da Educação do governo Lula atenda imediatamente a reivindicação dos funcionários de escolas, que são excluídos da Lei do Piso.

CONGRESSO DO ANDES

De 06 a 10 de fevereiro, acontecerá em Rio Branco-AC, o 41º Congresso do ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior. A delegação da CPE-POR inscreveu suas formulações constando, dentre elas, o documento abaixo sobre a política educacional.

A conciliação de classes será um obstáculo à defesa da educação pública

Erguer a luta independente contra o privatismo e por um sistema único de ensino público, gratuito, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham

A posse do novo Ministro de Educação se deu em clima de festa. O broche de ministro foi afixado na lapela do paletó de Camilo Santana, ex-governador do Ceará, pelas presidentas da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). O recém empossado pediu aos presentes que aplaudissem estudantes, professores e reitores. O rito revela a conciliação de classes, ao mesmo tempo em que mascara o real conteúdo de mais um governo burguês, cuja governabilidade dependerá da capacidade de atender prioritariamente aos interesses do capital financeiro e das oligarquias políticas que constituem e parasitam o Estado brasileiro. A promessa é a de deixar para trás as mazelas do período Bolsonarista em relação ao desprestígio da área, que sofreu com a constante

troca de ministros, cada um mais abjeto que o outro, com os cortes orçamentários, intervencionismo, militarização e obscurantismo. O cenário é, visivelmente, de terra arrasada. A destruição da educação pública, nos últimos anos, foi agravada pelas respostas dos governos estaduais e federal à pandemia, levando ao aumento da exclusão, junto com a expansão sem precedentes do ensino a distância, oculto sob os nomes de remoto, não presencial etc. Junto com a miséria e fome, cresceu o analfabetismo.

A celebração na posse do novo ministro oculta que, por detrás das diferenças entre os governos de Bolsonaro, Temer, Dilma, Lula e Fernando Henrique Cardoso, todos implementaram, ano após ano, as contrarreformas irradiadas pelo projeto do imperialismo, por meio de seus organismos internacionais, como

UNESCO, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Sob o Governo Lula, o ramo da Educação foi aberto ao capital financeiro, dando origem a grandes corporações, alimentadas com recursos públicos via FIES e PROUNI. O “novo” MEC já sinaliza para o fortalecimento dessas modalidades privatistas. A equipe de transição, dedicada ao tema da Educação, contou com a participação direta do “Todos pela Educação”, organização que articula os interesses do grande capital, mascarado de soluções para os problemas educacionais

As bases para o Ensino a Distância foram sendo aplainadas por FHC, com a LDB de 1996, e Lula, que o regulamentou com o decreto 9.057/2005, e criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), permitindo o salto com os governos Temer e Bolsonaro. A ampla aplicação do EaD sob a pandemia, da educação infantil ao pós-graduação, pavimentou o caminho para a nova regulamentação demandada pelas corporações de ensino e tecnologia, a quebra das barreiras entre o presencial e a distância, permitindo maior “flexibilidade”, por meio da hibridização. A crítica parcial ao EaD, como se, em algum momento passado ou futuro, fosse ou pudesse se tornar uma via de democratização e formação complementar, serve à passividade diante da paulatina ampliação dessa modalidade, sobretudo nas licenciaturas. Levará à rejeição do Reuni Digital sem o combate consequente à UAB e, sobretudo, ao ensino privado, onde o EaD já corresponde a um grande percentual das matrículas.

Alinhado às proposições dos organismos internacionais e à contrarreforma do Ensino Médio, uma das proposições do novo ministro é a de generalizar as Escolas de Tempo Integral. Esse modelo já mostra, onde é implementado, seu efeito perverso de expulsão dos jovens trabalhadores dos bancos escolares, ao mesmo tempo em que prolonga o ensino memorístico e decorativo, desvinculado da produção social e voltado ao desempenho nos rankings estabelecidos pelos organismos imperialistas. A defesa da vida da juventude deve se dar com uma forte campanha para que todos os jovens possam combinar estudo e trabalho, com jornadas e remuneração compatível, vinculando o ensino à produção social.

Mesmo com as mudanças de governos, há uma nítida linha de continuidade no avanço da mercantilização da Educação, fruto da necessidade de abrir novos campos de valorização para o capital acumulado nas potências imperialistas. A outra face do processo é o desfinanciamento da educação, uma das formas de sustentar o parasitismo dos credores da dívida pública. As raízes mais profundas da mercantilização, desfinanciamento e destruição da educação encontram-se na decomposição do sistema capitalista, que não tem perspectivas de incorporar os filhos das famílias trabalhadoras, futuramente, à produção social. Prevalece a destruição de forças produtivas que se manifesta nas guerras, no fechamento de fábricas e na destruição física de uma gigantesca massa de crianças e jovens, seja por meio da miséria e fome – um lento assassinato social –, ou por meio do extermínio policial. O capitalismo em crise não necessita de dezenas de milhões de trabalhadores “qualificados”, porque, em sua fase de decadência, destrói a força viva do trabalho e impõe o retrocesso geral das forças produtivas. Em nossa formação social, isso é ainda mais sentido, pelo papel que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, como exportador de matérias primas.

É preciso ter em vista as raízes dos problemas educacionais e os rumos do capitalismo para se avaliar a fundo as promessas de “reconstruir” a educação, erradicar o analfabetismo e promover a “inclusão social”. Uma nova educação, que unifique a teoria e prática, separadas pela divisão social do trabalho; que garanta o pleno desenvolvimento de cada criança e jovem, só poderá ser fruto de uma nova sociedade, socialista, decorrente da revolução proletária. As ilusões reformistas, com suas falsas soluções, apenas anestesiam a consciência das massas exploradas, enquanto

avança a barbárie social. A dita participação popular sob o guarda-chuva da frente ampla com a burguesia será uma armadilha para neutralizar a luta independente das comunidades escolares e universitárias. O novo governo já menciona que será elaborado um novo Plano Nacional de Educação, certamente as direções conciliadoras dedicarão esforços para, junto com as corporações de ensino e grande capital, modelarem novas metas e, com isso, participarão de mais uma farsa. Diante da proposta do Ministro de “recuperar a credibilidade do ENEM”, é preciso erguer uma campanha pela reivindicação histórica de fim dos vestibulares e exames de ingresso, por acesso irrestrito ao Ensino Superior Público. Para materializar o acesso irrestrito e, ao mesmo tempo, combater conseqüentemente a mercantilização, é necessário defender a estatização da rede privada de ensino e a criação de um sistema único de ensino, integralmente público, gratuito, científico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham.

Diante da proposta de fortalecer a autonomia das Universidades, é preciso dar um conteúdo bem concreto à autonomia, pois já é conhecida a manobra dos governos de considerar como autonomia a “independência” para captar recursos, o que leva à maior subordinação ao poder econômico. Já na PEC da Transição, o novo governo retirou as “receitas próprias” das universidades do teto de gastos. Ou seja, em vez de financiamento estatal integral, se aprofundará a captação de recursos privados, o que já é feito em larga escala pelas burocracias universitárias com suas obscuras fundações ditas de apoio. Além das bandeiras já levantadas pelo ANDES-SN de fim da lista triplíce, revogar a nomeação dos interventores e dar posse aos mais votados, é preciso defender a autonomia como autogoverno da comunidade universitária, lutando por um co-governo tripartite de estudantes, professores e técnico-administrativos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

É urgente conquistar a independência política e organizativa das entidades estudantis e sindicais. Isso se dá colocando em primeiro plano a luta em torno das reivindicações mais sentidas pelas massas. Não há como separar a defesa da universalização da educação, da defesa do trabalho para todos os aptos a trabalhar. Não há como combater a miséria e fome que impedem o desenvolvimento de nossas crianças e jovens, sem vincular com a defesa do salário mínimo vital, suficiente para garantir as necessidades de uma família trabalhadora. Devemos, portanto, vincular as lutas imediatas com as respostas e métodos classistas.

Quanto às condições de trabalho dos professores, temos visto uma profunda deterioração em todos os níveis. No ensino superior, há um forte arrocho salarial que, na ausência do combate coletivo, conflui com a acomodação individual em soluções privatistas. Na educação básica, para compensar os baixos salários, professores precisam se submeter a mais de um vínculo (nas redes municipal, estadual ou privada), levando a uma sobrecarga absurda de trabalho e ampliando o adoecimento mental da categoria. Ao mesmo tempo em que as perdas salariais se avolumaram, os governos ampliaram os descontos previdenciários, por meio das contrarreformas em nível federal, estadual e municipal. Nas Universidades Estaduais e na Educação Básica, alargam-se as formas de contratação de professores em condições precárias, instáveis, sem direitos, o que coloca na ordem do dia a luta pela efetivação dos professores com vínculos precários. Não falta trabalho a ser repartido. É preciso levar a sério a defesa de salários e direitos iguais para trabalho igual.

Mesmo com o retorno ao trabalho presencial, ainda sofremos os efeitos da atomização da categoria, decorrente do fechamento dos sindicatos e da substituição dos métodos presenciais de deliberação e luta, pelas formas virtuais. A defesa da Educação Pública e das condições de trabalho e estudo dependem da mobilização a partir das bases, por meio da convocatória dos comi-

tês e assembleias presenciais, verdadeiramente democráticos. Os atos “simbólicos”, por delegação, que passaram a substituir os atos com a participação das bases, levaram a uma acomodação e passividade sem precedentes. O envolvimento das bases estudiantis, de docentes e técnicos nas deliberações e ações é fundamental para que possamos impedir o avanço do privatismo e da destruição da Educação Pública. As ilusões no governo de frente ampla, alimentadas pela direção do ANDES-SN, que se autovangloria em seu papel de colocar o sindicato a reboque do apoio à candidatura de Lula e Alckmin. As análises críticas são parciais, como se estivessem em disputa, no interior do governo, as reivindicações históricas dos trabalhadores e da juventude com as dos interesses empresariais. Não há margem para dúvidas, o novo governo burguês seguirá implementando as determinações do imperialismo para a Educação, com a participação das direções sindicais e estudiantis. O enfrentamento em defesa das reivindicações dos trabalhadores e juventude só pode partir de nossas próprias organizações e métodos.

Proposta de resolução

O 41º Congresso do ANDES-SN aprova:

1) Exigir do Estado o financiamento integral da educação pública, fim de qualquer subsídio ou repasse de recursos para a educação privada.

2) Lutar, junto aos sindicatos da educação básica, por salários e direitos iguais a todos os trabalhadores da educação. Pela efetivação, sem concurso público, dos trabalhadores da educação terceirizados, ou contratados com vínculos precários.

3) Lutar, junto ao conjunto dos sindicatos e centrais, pela revogação das contrarreformas da previdência em nível federal, estadual e municipal.

4) Desenvolver uma verdadeira campanha de rejeição do EAD em todos os níveis e expropriação, sem indenização, das empresas educacionais e de tecnologia que lucram com esse ramo.

5) Abaixo o Ensino em Tempo Integral. Lutar para que todo jovem possa ter acesso ao estudo e ao emprego, com jornada compatível e remuneração conforme suas necessidades, por empregos para todos por meio da divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, e pelo salário mínimo vital, com valor não inferior ao salário do DIEESE, conforme os cálculos das assembleias populares.

6) Lutar pelo fim dos exames de ingresso ao ensino superior e por acesso irrestrito ao ensino superior público.

7) Desenvolver uma campanha pela estatização de toda a rede privada de ensino e constituição de um único sistema público e gratuito de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha.

São Paulo

Novos passos no trabalho do POR no Comitê convocado pela CSP-Conlutas

O Comitê, convocado pela CSP-Conlutas-SP no momento da aventura golpista bolsonarista, logo após as eleições, segue sem uma definição clara de seu caráter e, por isso, retrocedeu no número de organizações participantes. Em sua primeira reunião, contou com participação massiva de sindicatos, partidos e movimentos, mas com o desmonte dos bloqueios dos caminhoneiros, além da consolidação do novo governo através da diplomação e posse, a maioria das organizações deixou de participar das reuniões. Pesou a ausência de uma definição clara para o Comitê, com uma plataforma que pudesse manter as organizações e chamar uma parcela de trabalhadores para lutar por suas reivindicações. Essa foi, desde o princípio, a política desenvolvida pelo POR no Comitê, mas não foi, contudo, encarnada pela vanguarda, que se manteve no impressionismo das ações golpistas.

A manifestação do dia 9, em resposta à nova aventura bolsonarista em Brasília, não contou com a participação organizada do Comitê, o que revela a dificuldade em se consolidar. Nas últimas reuniões, decidiu-se pela criação de dois grupos de trabalho que pudessem organizar duas propostas: um seminário de autodefesa (proposta da CSP) e uma plataforma de reivindicações, que definisse o caráter do comitê (proposta do POR). Não nos opusemos à proposta de seminário, pois nele poderemos expor nossa compreensão de autodefesa.

Entendemos que não é correto discutir a autodefesa em geral, em abstrato, muito menos a autodefesa de uma vanguarda, descolada da classe. A autodefesa tem um claro conteúdo de classe, o que vai muito além de táticas militares contra os bolsonaristas. A autodefesa da classe passa, em primeiro lugar, por colocar a classe operária e demais trabalhadores em movimento. É pre-

ciso, antes de mais nada, retomar o terreno da luta. Para isso, é preciso desenvolver uma plataforma de reivindicações, que expresse os anseios e necessidades materiais dos trabalhadores. Em outras palavras, não existe autodefesa com a classe passiva ou completamente submetida às direções burocráticas, que se colocam pela defesa incondicional desse governo burguês de frente ampla.

Somente com um setor avançado da classe em movimento, pois sabemos que uma ampla camada se encontra em situação de “esperança” e “ilusão” em relação ao governo Lula, será possível combater a sanha bolsonarista, ao mesmo tempo que se combate o governo burguês de frente ampla de Lula. Assim, o Comitê, para seguir existindo e servir de expressão para os trabalhadores, deve ter claro qual será sua plataforma de reivindicações. A partir disso, apresentamos ao comitê de forma oral e escrita as seguintes ideias, sintetizadas aqui:

1. Considerando que o novo governo já expressou em sua composição e suas propostas, que é um governo dos capitalistas, um governo apoiado na Frente Ampla e que será sustentado pela conciliação de classes, ao unir setores capitalistas com os sindicatos e movimentos populares. Considerando também que os trabalhadores para lutar necessitam agir com independência de classe, esse Comitê deve se orientar para formar uma oposição ao governo Lula/Alckmin.

2. A reforma trabalhista, aprovada em 2017 no governo Temer, promoveu um profundo atraso nas condições de trabalho e de vida da classe operária e demais trabalhadores, além de ser o principal fator, junto às demissões, pelo rebaixamento médio do valor da força de trabalho no país. Essa contrarreforma foi

implementada sob o pretexto de gerar empregos e retirar o país da crise econômica, o que nem de perto aconteceu. Considerando ainda que foi feita em nome dos capitalistas, para proteger os monopólios diante da crise e sustentar o pagamento da dívida pública. Este Comitê deve lutar pela revogação da reforma trabalhista, bem como de outras medidas que a tenha aprofundado.

3. A reforma da previdência, aprovada em 2019 no governo Bolsonaro, representa um ataque às condições de sobrevivência das massas, impedindo que milhões possam se aposentar, além de rebaixar o valor recebido pelos trabalhadores e aumentar os anos de contribuição. Este Comitê deve lutar pela revogação da reforma da previdência.

4. As massas trabalhadoras têm sido profundamente golpeadas pela crise econômica e pelas medidas aplicadas pelos diferentes governos dos capitalistas, além de sofrerem com a paralisação total ou parcial da maioria das centrais sindicais, em especial no período da Pandemia, onde a maioria dos sindicatos permaneceu de portas fechadas, impedindo a organização e luta dos trabalhadores. Nos últimos anos, milhares de fábricas foram fechadas no país, ampliando o quadro de miséria e fome. Esse processo rebaixou a média salarial no país. Esse comitê deve ter como eixos a defesa do emprego para todos e pelo salário mínimo vital, suficiente para cobrir as necessidades da família

trabalhadora, com reajuste automático de acordo com a elevação do custo de vida.

5. Ainda nesse sentido, é preciso combater todas as formas de precarização do trabalho, como as leis de terceirização aprovadas nos governos Dilma e Temer e contra as privatizações das estatais, em especial da Petrobrás e Correios, que já vinham sendo desmontadas nos últimos governos.

6. Este Comitê se coloca contra a retirada de qualquer direito dos trabalhadores; por moradia a todos; pelo fim dos cortes na educação e contra o sucateamento do SUS. O que implica combater a odiosa dívida pública, que suga as riquezas nacionais para sustentar o parasitismo financeiro.

Essa defesa do POR foi combatida por algumas organizações, que expressaram certa “preocupação” em ser confundidos com a oposição burguesa de direita e extrema-direita ao governo Lula. Explicamos que essa preocupação não procede, pois as reivindicações da classe operária e da maioria oprimida são inconfundíveis com as da direita. Afinal, trata-se de uma oposição que defende um programa claro de reivindicações, um programa próprio dos explorados, a ser conquistado com os métodos próprios da classe operária e dos demais explorados, os métodos de ação direta coletiva: manifestações, paralisações, greves, bloqueios etc.

Realizada a conferência regional do POR no Nordeste

Entre os dias 14 e 15 de janeiro, realizou-se em Fortaleza a conferência regional do POR no Nordeste. Estiveram presentes simpatizantes e a militância dos estados onde o POR intervém. A conferência regional Nordeste tem sido realizada rigorosamente a cada dois anos e regularmente tem debatido e aprovado resoluções e declarações que expressam a luta pela construção do partido-programa na região. A conferência foi disciplinada, com os presentes se dedicando a debater por dois dias os problemas levantados pela situação política e a necessidade de penetrar no seio das massas com o marxismo-leninismo-trotskyismo.

No primeiro dia, a conferência discutiu as resoluções operária, sobre a situação política do Nordeste e sobre o trabalho nos bairros proletários. A resolução política sobre o Nordeste procurou mostrar como a profunda divisão interburguesa no país, expressa na polarização eleitoral entre a ultradireita fascizante e a centro-esquerda, condicionou as alianças das oligarquias regionais. Em seguida descreveu os impactos da crise no Nordeste e como o processo de desindustrialização tem afetado os reduzidos núcleos industriais nas capitais, assim como as lutas dos explorados por direitos, salários e empregos. Finalizou constatando a situação de profundas ilusões democráticas das massas no caudilho Lula, a trajetória de adaptação do PT às oligarquias e a necessidade de lutar pela independência de classe sob a consigna de “oposição revolucionária” ao governo da frente ampla de Lula/Alckmin.

A resolução sobre o trabalho nos bairros proletários expressou a intervenção partidária que vem ocorrendo, nos últimos anos, entre as camadas mais pobres dos assalariados e da pequena burguesia arruinada. Reafirmou a necessidade de impulsionar as lutas por moradia, saúde, emprego à juventude, transporte etc., o que significa enfrentar as chagas do capitalismo em decomposição, que recaem sobre a maioria oprimida, com os métodos próprios do proletariado e sob a direção da classe operária.

A conferência teve o acerto de colocar no centro de toda a

discussão a resolução operária a qual foi dedicada a maior parte do tempo e dos debates. A resolução expressou não apenas a atual intervenção partidária com o boletim Nossa Classe nas portas de fábricas, como o avanço na compreensão de que é preciso penetrar urgentemente no proletariado fabril com a marxismo revolucionário e constituir frações revolucionárias. A resolução recorreu à trajetória histórica da fundação da CUT, em 1983, e todo o percurso de abandono da burocracia sindical das bandeiras progressistas de redução da jornada de trabalho sem redução de salário, estabilidade no emprego, salário mínimo real conforme cálculo do DIEESE, reajuste automático, fim da hora extra etc. Concluiu com a necessidade de impulsionar a propaganda revolucionária por meio do fortalecimento do boletim sindical do POR e da luta pela independência dos sindicatos, diante da bárbara crise mundial capitalista.

As resoluções foram aprovadas e as propostas de emendas discutidas e votadas.

No segundo dia, a Conferência se dedicou aos balanços organizativos e de atividades. As regionais apresentaram seus balanços de atividades, sendo possível desta forma, discutir crítica e autocriticamente o rico trabalho nas frentes de intervenção, a necessidade de não descuidar da formação política, as falhas na intervenção operária, a necessidade de retomar o trabalho na juventude secundarista. O balanço de atividades da regional Nordeste foi aprovado pelos delegados sem destaques e os trabalhos da conferência encerraram com um viva à conferência regional e um viva à construção do partido operário revolucionário.

O encontro regional expressou uma maior inserção do partido na luta de classes e o avanço na formação dos quadros revolucionários. O POR sai fortalecido de sua conferência. O dever da militância no próximo período é o de assimilar a fundo o socialismo científico e encarnar a tarefa de construir o partido revolucionário no interior dos explorados.

Ceará

Lançamento do Livro “Guerra na Ucrânia Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”

No dia 13 de janeiro, em Fortaleza, ocorreu o lançamento do livro do POR “Guerra na Ucrânia: posição e resposta do internacionalismo proletário”. Esta publicação é parte da campanha do POR e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) contra a guerra na Ucrânia. Participaram da atividade militantes da regional nordeste e simpatizantes do POR.

O expositor iniciou a apresentação do livro analisando a natureza da guerra na Ucrânia, impulsionada pelo imperialismo e voltada a estabelecer um cerco militar sobre a Rússia. Os marxistas não se opõem a toda e qualquer guerra. A guerra em que um povo se levanta contra a opressão imperialista é de natureza progressista (de libertação), e deve ser apoiada pelos marxistas. Diferente da guerra de dominação, por meio da qual o imperialismo busca ampliar sua dominação sobre os povos oprimidos, que deve ser combatida pelos revolucionários.

O expositor chamou a atenção para as particularidades desta guerra, que expressa os problemas da restauração capitalista, que ganharam impulso desde o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991. A formação da URSS, em 1922, foi o resultado da vitória da revolução proletária na Rússia e constituiu uma etapa de transição do capitalismo ao socialismo. Antes da revolução, o antigo Império Russo se caracterizava pela enorme opressão às pequenas nações e povos da região. A formação da URSS expressou a necessidade de superar a opressão nacional grã russa, estabelecer uma união fraternal e uma cooperação econômica entre as distintas nacionalidades, impulsionando as forças produtivas e a superando o atraso.

No pós-guerra, a URSS, já sob o controle da burocracia stalinista, saiu fortalecida enquanto potência regional, participando da partilha do mundo. A Guerra Fria, logo a seguir, foi desencadeada pelo imperialismo para derrubar a URSS. O processo de restauração capitalista e a consequente desintegração da URSS, pelas mãos do estalinismo contrarrevolucionário, expressou a maior e mais profunda vitória do imperialismo contra o proletariado mundial. O processo de restauração capitalista e o fim da URSS permitiu ao imperialismo avançar sobre o Leste Europeu e países da Ex-URSS. Desta forma, a guerra na Ucrânia se dá em um quadro de cerco militar sobre a Rússia por parte do imperialismo, de um lado, e da necessidade da Rússia, enquanto potência regional, de outro, exercer sua dominação sobre os pequenos estados vizinhos. O imperialismo, visando anexar a Ucrânia à União Europeia e submetê-la à tutela da OTAN, maneja o governo Zelensky, para avançar sobre a Rússia, que aplica os métodos da opressão nacional sobre a Ucrânia. Diante disso, a guerra na Ucrânia é de dominação, expressa a decomposição mundial do capitalismo e o processo de restauração capitalista, em um quadro de esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra, o que obriga o capital financeiro a buscar apoderar-se de territórios ricos em fontes de matérias primas.

As bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) estabelecem as respostas necessárias para a classe operária responder, sem ser arrastada pelo imperialismo ou ao apoio aos interesses da Rússia restaurada. A luta pelo fim da guerra exige partir da responsabilização do imperialismo. O CERQUI levanta as seguintes bandeiras: desmantelamento da OTAN e das bases militares dos EUA na Europa; abaixo as sanções econômicas do imperialismo contra a Rússia; retirada das tropas russas da Ucrânia; autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia, por uma paz sem anexação.

Em resposta às perguntas sobre a relação da guerra com o cerco imperialista à Rússia e a restauração capitalista que levou à demolição da URSS, o expositor mostrou a importância das particulari-

dades da guerra na Ucrânia, que obrigou o CERQUI a se debruçar sobre a compreensão do Estado russo atual. A classe operária russa está alheia ao conflito na Ucrânia, que surgiu de uma resposta da burocracia, do governo Putin e da oligarquia burguesa russa ao cerco militar da OTAN. Diante desta necessidade prática, o CERQUI, no seu V Congresso, reviu a posição sobre a tarefa da classe operária russa, concluindo que já não cabe a revolução política, mas sim a revolução social.

O expositor explicou que as bandeiras do CERQUI seguem uma hierarquização, partindo da responsabilização do imperialismo, sem deixar de condenar a ocupação da Rússia. O imperialismo pressionou a Rússia a ocupar a Ucrânia, ao impor sua entrada na OTAN e na União Europeia. A guerra é utilizada pelo imperialismo para esgotar econômica e militarmente a Rússia. Esta exerce uma opressão sobre a Ucrânia para manter seu poder de dominação, aplicando métodos da guerra de dominação que dividem a classe operária. Apesar da Rússia ser uma potência regional, com enorme capacidade bélica, que exerce a opressão nacional e fere o direito a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia, ela não é imperialista no sentido histórico reconhecido pelo marxismo-leninismo-trotskismo. Por isso, há uma diferença na responsabilização do conflito na Ucrânia, sem perder de vista que o principal inimigo da humanidade é o imperialismo, encarnado pela hegemonia dos Estados Unidos, alcançada desde a Segunda Guerra Mundial

A guerra na Ucrânia, como não poderia deixar de ser, provocou posições distintas e contrapostas entre as correntes que se reivindicam do marxismo. O que reflete o quão profunda é a crise de direção da classe operária. Essa foi uma questão discutida pelos presentes. Outra diz respeito ao encerramento da guerra. É utópico considerar que a Rússia pode vencer o imperialismo pelos meios militares, e impor uma paz progressiva. A classe operária é a única capaz de dar uma resposta à guerra de dominação e vencer o imperialismo com o programa e os métodos da revolução proletária. Nesse sentido, tem enorme importância a bandeira “paz sem anexação”, levantada pelo CERQUI.

A apresentação encerrou com o expositor considerando que, por todas essas razões, o livro é uma arma programática, política e ideológica da classe operária contra a guerra, que serve aos interesses capitalistas. Finalizou clamando: levantemos a defesa da guerra revolucionária de libertação, para destruir o capitalismo e construir a sociedade sem classes, o comunismo. Para isso, é imprescindível que a vanguarda com consciência de classe trave uma batalha pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução, a IV Internacional. Tarefa essa que o CERQUI vem desenvolvendo, cujas respostas à guerra da Ucrânia são de fundamental importância.

O Ato foi encerrado com os presentes de pé e punhos cerrados, brandando as bandeiras da revolução proletária e construção do POR. Deu-se um viva ao livro “Guerra na Ucrânia. Posição e Resposta do Internacionalismo Proletário”, uma arma do proletariado contra as guerras de dominação!

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

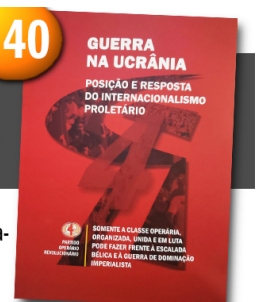
Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

GUERRA
NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Nesta edição:

CERQUI: Resolução sobre a situação internacional

França: Greve geral na França

Peru: As massas tomam as ruas de Lima pela renúncia da presidenta golpista

Bolívia: Perspectiva da luta dos explorados e oprimidos

Argentina: O governo cumpre com as políticas de ajuste exigidas pelo FMI

Chile: Editoriais do jornal Luta Operária

Israel: Milhares nas ruas contra a reforma judicial do governo Netanyahu

104 anos dos assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Reeditamos a Resolução sobre a Situação Internacional, do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), porque na edição do jornal Massas nº 680 houve uma falha na utilização do arquivo, cuja troca causou a supressão do ponto 7 e do último parágrafo do ponto 3. Apesar de não ter comprometido o sentido geral, achamos importante republicar a forma final do documento. A Resolução, aprovada na direção do CERQUI, em 4 de janeiro, constitui um guia para a intervenção de suas seções nas condições particulares em cada país.

Resolução sobre a Situação Internacional

1. O imperialismo não pode encerrar a grande crise de 2008-2009, que se estendeu a todo o mundo e que se agravou com a pandemia e a atual guerra na Ucrânia. Entramos em uma nova etapa da crise mundial. Deste os anos de 1970 eclodiram crises regionais, mas a de 2008 se generalizou e teve como epicentro os Estados Unidos, devido a uma extraordinária ampliação do parasitismo financeiro.

As potências imperialistas destinaram bilhões e bilhões de dólares para socorrer as empresas e evitar as quebras. Essa intervenção dos Estados mais poderosos tornou ainda mais rico os ricos, concentrando ainda mais as riquezas. A taxa de juro que era quase zero, por um longo período, estimulou o endividamento e sustentou o consumo.

2. As potências capitalistas mostraram sua incapacidade e fracasso em preservar a saúde das massas sob a pandemia, privilegiando seus negócios. O que expressou claramente a guerra comercial, por um lado, com a pretensão dos laboratórios farmacêuticos dos Estados Unidos de imporem suas vacinas com seus condicionamentos, procurando bloquear o abastecimento de vacinas por parte da China e Rússia. Por outro lado, os laboratórios multinacionais colocaram a exigência de que a China abra o seu mercado.

A situação das massas, em todo o mundo, é dramática. Não deixa de aumentar o número dos milhões de desempregados, subempregados, precarizados, famintos e migrados. O capital descarrega toda a sua crise sobre os mais pobres, atacando as condições de vida e trabalho.

3. Estamos diante de uma das maiores crises do capitalismo, que se expressa em sua decomposição irreversível. Nem mesmo a grande destruição de forças produtivas dos últimos anos permitiu sua reconstrução (a guerra é a forma mais efetiva de destruição de forças produtivas). A crise de superprodução de mercadorias con-

ditiona toda a economia mundial. A partilha do mundo pactuada após a Segunda Guerra Mundial está completamente esgotada e necessita de um novo ordenamento. Está colocada, portanto, uma luta feroz por apoderar-se das fontes de energia dos minerais raros, do lítio, do cobre. A guerra na Ucrânia demonstra que excede o marco regional.

Neste quadro, o CERQUI vem demonstrando o agravamento da guerra comercial, que deu um salto adiante sob o governo de Trump, especialmente contra a China e Europa. A estratégia dos “Estados Unidos Primeiro” sintetiza a política dos Estados Unidos de recuperar seu papel hegemônico no mercado mundial, e romper os acordos bilaterais ou multilaterais anteriores. Aplicaram-se fortes taxações contra os produtos chineses e europeus, e mudaram-se os acordos com o Canadá e México, objetivando, por um lado, que as indústrias voltassem aos Estados Unidos, e, por outro, frearam-se o avanço tecnológico da China e sua crescente influência na economia mundial.

Temos caracterizado que, nas entranhas do desenvolvimento da guerra comercial, também emergiam as tendências bélicas, o militarismo.

Como produto da crise, que não se pode encerrar, cresceu de forma espetacular o nível do endividamento, dos países, das empresas e das famílias.

4. A elevação das taxas de juros pelos Estados Unidos e Europa, para conter os altos índices de inflação, que se manifestaram no fim da pandemia e no começo da guerra, acelera e potencia o risco dessa enorme dívida estourar. A elevação das taxas de juros prenuncia que é inevitável um período de estagflação, ou seja, de combinação das altas taxas de inflação com a recessão econômica. As consequências dessa contradição recairão pesadamente sobre as massas.

A guerra na Ucrânia elevou fortemente os preços da energia e dos alimentos em todo o mundo, afetando os preços de toda a economia e os

maiores déficit do comércio exterior dos países importadores de energia.

5. A guerra da Ucrânia provocada pelos Estados Unidos e OTAN tem como objetivo cercar, ameaçar e condicionar a Rússia, debilitá-la, e se puderem colocar abaixo o seu regime. Por isso, sua política é de prolongar a guerra. O envio do sofisticado e custoso sistema Patriot à Ucrânia tem esse objetivo. A guerra também tem o objetivo debilitar a Europa. Os Estados Unidos lhe impuseram a guerra. Faz parte dessa estratégia o rompimento do fornecimento de gás e petróleo baratos às suas economias por parte da Rússia; bem como o rompimento do avanço das multinacionais europeias sobre o leste da Europa e sobre a Rússia. Punir a compra de energia da Rússia resulta em um duro golpe à indústria, especialmente na Alemanha devido aos preços mais elevados que tem de pagar para substituí-la e devido à impossibilidade prática de poder resolver o problema em curto espaço de tempo. As sabotagens aos gasodutos no Mar Báltico foram orientadas nesse mesmo sentido. A premissa dos Estados Unidos é de não permitir que a União Europeia se estabilize e cresça, beneficiando-se de suas relações com a Rússia, uma vez que limita o espaço dos Estados Unidos que necessitam expandir-se. Os Estados Unidos necessitam limitar a capacidade da União Europeia. A crise capitalista não deixa lugar para concorrência com um mercado como o da União Europeia.

A guerra comercial que se manifesta na Europa se evidencia no estímulo dos Estados Unidos ao Brexit na Grã-Bretanha, e na pressão sobre numerosos países para que se desvinculem da União Europeia. A política de exigir um maior orçamento para financiar a OTAN levou ao ponto mais crítico as relações sobre a presidência de Trump. Os Estados Unidos arruinaram os negócios da França com o fornecimento de submarinos à Austrália, que passou a fazer parte do acordo Aukus, com os Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Os Estados Unidos desenvolveram uma política de pressão sobre países da Europa para que sem incorporem à OTAN, passando por cima da França e Alemanha que eram partidários de manter o compromisso de não a expandir além da Alemanha depois da queda da URSS. Iniciaram-se negociações diretas com cada país e pressionaram-se todos os integrantes para que incrementassem sua contribuição a 4%, para sustentar a OTAN e também para que comprassem seus armamentos. A ausência de resistência da União Europeia diante da ofensiva dos Estados Unidos, que lhe impõem toda a linha, é uma amostra do esgotamento de relações, portanto, e da forte crise interna.

A guerra é também um negócio para um setor de empresas vinculadas à produção de armamentos, que se transformou em uma das fontes mais rentáveis, juntamente com as da energia.

6. A OTAN expandiu-se para a Ásia. A decisão do Japão de duplicar o orçamento militar é uma amostra da escalada bélica. A Coreia do Sul ameaça a Coreia do Norte, sob o pretexto das armas nucleares. Esse antagonismo que vem desde a Segunda Guerra tem de ser mais feroz nas condições atuais da guerra na Ucrânia e dos preparativos dos Estados Unidos contra a China. O crescente armamento de Taiwan é uma evidência desses preparativos. A OTAN também procura estender-se para a América Latina. Os Estados Unidos pressionam o Brasil para poder ativar seu projeto na Base de Alcântara, para transformá-la em base da OTAN.

A crise mundial arrasta a América Latina para o precipício. Os seus governos, mesmo os mais nacionalistas, se mostram incapazes de reagir à ofensiva norte-americana no Continente. A crise econômica e política tende a se agravar e impulsionar a luta de classes. O enfrentamento da escalada militar em todo o mundo, e, em particular na América Latina, exige organizar o movimento

revolucionário anti-imperialista, sob a direção do proletariado.

A recente visita de Macron a Biden nos Estados Unidos esteve dirigida a questionar as medidas protecionistas que afetarão a França e a Europa como um todo, devido à concentração da produção de microprocessadores e energia renovável, que corresponde ao extremo protecionismo dos Estados Unidos. As medidas apontam diretamente para a China, mas não deixam de atingir a Europa. A política de Biden é a continuidade da aplicada por Trump. Sua política é tão extrema que prevê a retirada da cidadania àqueles que trabalharem em empresas que rompam o bloqueio. Washing-

É fundamental para a vanguarda a luta pela unidade da classe operária e de todos os oprimidos, combatendo firmemente a política de conciliação de classes da burocracia e das esquerdas reformistas e centristas. É imperativo aplicar o método e a concepção do Programa de Transição, que, partindo das condições concretas da luta de classes, permita estabelecer uma ponte com a estratégia própria de poder.

ton pressiona os fabricantes europeus de microprocessadores para que apoiem seu veto ao fornecimento para a China. O Governo dos Países Baixos, o país mais relevante no mercado de chip, advertiu seus fabricantes que as condições do mercado vão ser endurecidas. Além disso, os Estados Unidos darão subsídios de 430 bilhões de dólares para a produção nacional, violando as normas da OMC.

Por seu lado, uma delegação da Alemanha com a participação de suas maiores empresas, viajou recentemente à China com o objetivo de manter o intercâmbio comercial, que é vital em um momento de profunda crise de sua economia que entra em profunda recessão. A Alemanha observou que a China havia imposto restrições comerciais em algumas áreas. O mercado chinês é o mais importante para seu comércio exterior, há seis anos.

A Cúpula de Madrid, da OTAN, realizada em fins de junho, constituiu em uma aberta declaração de nova “guerra fria” entre Estados Unidos e China. É o que fica claro na declaração de Biden que consta no documento “Estratégia Nacional de Segurança”, publicado em outubro. Eis: “A Rússia é o inimigo imediato, mas a China é a verdadeira ameaça”.

A economia chinesa cresce a taxas inferiores ao período anterior da pandemia, em consequência de suas severas medidas anticovid e dos desastres econômicos ocorridos no desenvolvimento imobiliário. Por sua vez, esse crescimento menor impacta sobre a economia mundial, condicionada pela China como sendo sua locomotiva. A política da burocracia chinesa aparece mais protecionista, preparando-se para um longo conflito com os Estados Unidos, que declaram expressamente que é seu inimigo e que pretende bloquear seu desenvolvimento econômico.

7. A decomposição capitalista potenciou setores mais direitistas e autoritários da burguesia, e crescem sua pregação e suas ações contra as formas democráticas, que não podem sustentar-se devido à forte pressão para acabar com os direitos trabalhistas e previdenciários, atacando duramente as condições de vida das massas. Os governos reformistas, de conciliação de classes, têm escassa margem para fazer concessões ou para conter os ataques diante da poderosa pressão do imperialismo, esgotando-se rapidamente as ilusões das massas e chegando a um choque prematuro

dos governos eleitos com os oprimidos. Este é um fenômeno da crise mundial, que vai das provocações do novo governo ultradireitista de Israel e sua escalada contra o povo palestino e contra o Irã até a recente queda do governo de Castillo, no Peru.

8. Assistimos ao crescimento das lutas operárias na Europa, especialmente em 2022, rechaçando o elevado custo de vida, exigindo reajustes salariais, protagonizando lutas extraordinárias. Recentemente, houve greve geral na Bélgica e Grécia. O ataque às condições de vida e trabalho impacta em todo o mundo e empurra os explorados à luta. Nos Estados Unidos, a classe operária vem colocando-se em pé de luta, como demonstra a preparação dos ferroviários durante longos meses. Também na América Latina os explorados se lançam à luta, ganhando as ruas e confrontando-se com os Estados policiais. Estamos diante de uma tendência crescente de luta da classe operária em nível internacional. As massas saem radicalmente à luta, apesar de suas direções colaboracionistas e burocráticas.

É fundamental para a vanguarda a luta pela unidade da classe operária e de todos os oprimidos, combatendo firmemente a política de conciliação de classes da burocracia e das esquerdas refor-

mistas e centristas. É imperativo aplicar o método e a concepção do Programa de Transição, que, partindo das condições concretas da luta de classes, permita estabelecer uma ponte com a estratégia própria de poder. É necessário dar expressão organizativa e política a esse programa comum, que unifica os explorados em todo o mundo, tornando consciente o balanço das recentes lutas das massas nas metrópoles e nas semicolônias, diante do capitalismo em decomposição.

É evidente a terrível crise de direção, a necessidade de conquistar a independência da classe operária, política e organizativamente, recuperando as organizações sindicais, mas o mais importante está em recuperar sua estratégia, construir seu partido revolucionário marxista-leninista-trotskyista em cada país, como parte da direção mundial, reconstruindo a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Cabe ao CERQUI impulsionar essa tarefa. Não há nenhuma saída progressiva sob o capitalismo, que somente oferece a barbárie em todas as formas. Estamos diante de uma situação social catastrófica. Somente a revolução social, dirigida pela classe operária, que instaure a ditadura do proletariado, poderá pôr fim à decomposição capitalista.

França

Greve geral na França



O dia 19 de janeiro marca a retomada das grandes manifestações na França. A greve geral convocada por uma frente única das centrais sindicais mostrou ao governo de Emmanuel Macron que os trabalhadores não aceitam que a crise do capitalismo seja descarregada sobre as suas costas.

A nova investida contra a Previdência agrava as condições de existência da maioria dos franceses. Eis por que, logo após a primeira-ministra Elisabeth Borne apresentar o projeto, que aumenta a idade mínima para se obter a aposentadoria, de 62 para 64 anos, e o aumento do tempo de contribuição para se aposentar com o salário integral, de 42 para 43 anos, os trabalhadores acataram a convocação da greve geral e ganharam as ruas em quase todo o país.

O governo de Nicolas Sarkozy, em 2010, enfrentou grandes protestos, mas acabou impondo o aumento da idade mínima de 60 para 62 anos. As direções sindicais cederam às pressões políticas e à repressão governamental, e o movimento não teve como barrar a contrarreforma da Previdência. Passados 13 anos, Macron volta ao ataque nas condições de agravamento da crise econômica e da necessidade dos capitalistas protegerem os seus negócios. A resposta das massas começou tão elevada e radical como a de anos atrás.

Segundo informação da CGT, mais de dois milhões de trabalhadores saíram às ruas, em mais de 200 manifestações em toda a França. Somente em Paris, 400 mil protestaram e não se intimidaram diante da repressão.

A greve geral, desta vez, ocorre em meio à guerra na Ucrânia, cujos reflexos na economia europeia se convertem em maior empobrecimento da classe operária e das camadas da classe média, que vêm sendo arruinada desde a crise mundial aberta em 2008, e mais recentemente com a devastadora pandemia.

O governo Macron tem servido à estratégia de guerra dos Estados Unidos, que custa caro ao país e, sobretudo, à população francesa. Desgraçadamente, as direções sindicais ocultam o lugar da guerra na crise europeia, evitando que o proletariado e os demais explorados se ergam contra os objetivos do imperialismo norte-americano e da OTAN, que transformaram a Ucrânia em bucha de canhão. Mas é questão de tempo para que a camisa de força imposta pela burguesia imperialista aos explorados se rompa.

A greve geral na França não comparece como caso isolado. Em vários países da Europa Ocidental, como Reino Unido, Espanha, Bélgica e Portugal, greves e protestos gestam objetivamente um movimento unitário da classe operária e dos demais trabalhadores contra a mesma política burguesa, que se desenvolve em toda a parte.

É visível que o principal problema se encontra na crise de direção revolucionária, na ausência de poderosos partidos do proletariado e do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, que deve ser reconstruído. As condições de agravamento da guerra na Ucrânia e a necessidade imperiosa

das massas se defenderem, como mostra a greve geral na França, porém, favorecem o surgimento de uma vanguarda classista que retomará as conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo e impulsionará a luta pela superação da crise de direção.

Em nosso país, cabe divulgar e exaltar o exemplo de luta dos explorados na França. Viva a greve geral na França! Que a retomada da greve geral em 31 de janeiro seja mais ampla e massiva! Pela derrota de Macron, e vitória dos trabalhadores!

Peru

As massas tomam as ruas de Lima pela renúncia da presidenta golpista



No dia 19 de janeiro, realizou-se na capital do Peru a “Tomada de Lima”, uma grande marcha convocada pela Confederação Geral de Trabalhadores do Peru (CGTP), pela Assembleia Nacional dos Povos (ANP) e por vários comitês de luta formados durante a jornada de manifestações em várias regiões, que teve uma retomada a partir de 4 de janeiro.

Caravanas foram organizadas, e dezenas de milhares de manifestantes, em sua grande parte composta pelo povo indígena-camponês aimará, que vive no sul do país, tomaram as ruas da capital, exigindo a renúncia da presidenta golpista Dina Boluarte, o fechamento do Congresso golpista e adiamento das eleições para este ano. A “Tomada de Lima” se combina com dezenas de rodovias bloqueadas e manifestações em outras cidades, principalmente no sul do país, e em algumas províncias do norte. O fundamental é que a enorme demonstração de força das massas está no choque direto dos explorados com as instituições do Estado burguês.

Diante do anúncio da grande marcha na capital, o governo golpista de Dina Boluarte convocou 11.600 policiais para reprimir o movimento e impedir que este chegasse ao Congresso. Além disso, decretou estado de emergência em Lima e em outras regiões do país, o que habilita a Polícia Nacional do Peru a invadir residências, proibir reuniões e prender manifestantes, além de possibilitar a intervenção do exército. Tamanha repressão e massacre de manifestantes, que já soma mais de 50 mortos e mais de 750 feridos, têm potenciado a crise política, levando já à renúncia de cinco ministros do governo golpista.

Os bloqueios de rodovias, manifestações massivas e choques

[...] A tarefa imediata do movimento é a de constituir um programa nacional de reivindicações, que defenda os empregos, salários, terra aos camponeses, moradia para todos etc. É por esse caminho que o movimento poderá fortalecer suas organizações de massa, ultrapassar as reivindicações políticas pequeno-burguesas, constituir uma direção independente da burguesia e avançar no sentido da luta pela derrubada revolucionária do governo golpista, sob a estratégia própria do governo operário e camponês.

com as forças repressivas têm demonstrado uma enorme disposição de luta dos explorados, e a utilização de métodos avançados de ação direta. No entanto, as reivindicações políticas, limitadamente democráticas, de renúncia da presidenta, fechamento do Congresso e eleições antecipadas confinam o movimento nos limites da política burguesa e não ameaça pôr abaixo a ditadura de classe dos capitalistas. Sabemos que um novo governo eleito não será capaz de atender às necessidades mais imediatas das massas, que somente podem ser solucionadas pelos métodos da luta de classes.

Sem dúvida, o sucateamento dos serviços de saúde e educação, o agravamento da miséria e do desemprego e a situação de opressão sofrida pelos camponeses e nacionalidades oprimidas são os combustíveis objetivos da revolta dos explorados. Por isso, a tarefa imediata do movimento é a de constituir um programa nacional de reivindicações, que defenda os empregos, salários, terra aos camponeses, moradia para todos etc. É por esse caminho que o movimento poderá fortalecer suas organizações de massa, ultrapassar as reivindicações políticas pequeno-burguesas, constituir uma direção independente da burguesia e avançar no sentido da luta pela derrubada revolucionária do governo golpista, sob a estratégia própria do governo operário e camponês.

Os explorados brasileiros, seus sindicatos e organizações populares, devem apoiar o combate dos peruanos oprimidos. E a melhor forma é a de pôr em pé um movimento de oposição revolucionária ao governo de conciliação de classes, que acaba de se formar com a eleição de Lula.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Bolívia



No.2729

18/01/23

Edición digital



PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

Sección Boliviana del 2023: PERSPECTIVAS DE LA LUCHA DE LOS EXPLOTADOS Y OPRIMIDOS

Partimos da constatação de que a crise econômica mundial, longe de dar sinais de ter chegado ao fundo do poço, tende a se aprofundar muito mais, colocando os países imperialistas em sérias dificuldades. Emaranhados na guerra econômica - para ampliar seus mercados e pondo a sociedade diante da possibilidade de uma guerra mundial, que seria o holocausto de milhões de explorados e oprimidos - se encontram diante da estagnação de suas economias, cujas consequências recaem sobre as costas dos países semicolônias.

O governo boliviano, nesse contexto, apesar do malabarismo que faz para dar a impressão de que o país goza de uma "sólida estabilidade econômica", graças ao seu "modelo econômico social e produtivo comunitário", dilapida as poucas reservas internacionais que lhe restam. Endivida o país com os abutres dos organismos financeiros internacionais. Internamente, usa os recursos da previdência dos trabalhadores e entrega os recursos naturais às multinacionais em troca de miseráveis regalias. Esse governo tem um tempo limitado para continuar com a farsa, porque, em contrapartida, sua arrecadação pela via das exportações de gás se encontra em declínio, e a exportação de alguns produtos agropecuários são economicamente pouco relevantes. Ao mesmo tempo, a arrecadação com os minerais, que se encontram nas mãos das multinacionais ou das cooperativas auríferas contribuem com muito pouco. De conjunto, empurram o Estado a uma grave situação de insolvência, que a cada dia tem mais dificuldade para cobrir suas despesas de manutenção da pesada burocracia estatal, e cumprir suas obrigações com a educação e saúde. Eis por que também encontra dificuldades para atender às reivindicações cada vez mais crescentes das regiões e dos setores sociais que - a cada dia - sentem mais duramente os impactos da crise econômica.

Arce Catacora já começa a congelar ou reduzir os orçamentos dos serviços mais importantes, como educação e saúde. Já está afetando as conquistas profissionais e econômicas do magisterio, com a aplicação da nova malha curricular e da R.M. 01/2023. Já está colocando parte dos custos da educação no bolso dos pais de família, e, como é natural, em um governo que desenvolve uma política burguesa. Já começa a descarregar o peso da crise econômica sobre as costas da população, por meio do aumento e universalização

de impostos, do congelamento de soldos e salários, bem como a anulação sistemática de alguns benefícios sociais etc.

Não há dúvida de que, entre a maioria pobre do país, os efeitos da crise econômica ocuparão o centro das suas atenções e das suas preocupações, que se traduzem na fome e na miséria, na instabilidade das fontes de trabalho e nas atividades produtivas das imensas massas de trabalhadores autônomos, que, dia a dia se empobrecem. Os explorados se afastarão cada vez mais da pregação da direita obscurantista, que diz ser defensora da farsa democrática burguesa (na realidade, é a sua negação racista e fascista), da liberdade empresarial e dos direitos individuais, contra o centralismo burocrático, exacerbando, assim, os preconceitos regionais e criando a ilusão de que o federalismo irá tirar o país do atraso.

A Bolívia será o palco de grandes mobilizações sociais, sem que haja soluções para as reivindicações dos manifestantes, caso não consigamos resolver a ausência de uma perspectiva revolucionária, que os conduza para a vitória, o que significa tirar do poder o governo incapaz do MAS e construir um novo Estado operário, e um governo de aliança com os camponeses. Os manifestantes nas ruas se verão forçados a retrocederem e a voltarem a novas arremetidas, de maneira desordenada devido à ausência de uma direção política.

Em meio a uma situação político-social tão complexa e delicada, qual será o papel do Partido revolucionário e dos sindicatos que dirige? Evitar que os movimentos sociais concluam frustrados diante de um governo que se vê obrigado a adotar traços cada vez mais fascizantes, para se manter no poder. É preciso organizar ações conjuntas desde às bases, com os diversos setores que se encontram mobilizados, em torno de um programa único de reivindicações, que tenha como base a defesa intransigente das conquistas já alcançadas; à pressão desde as bases, sem abandonar a necessidade de penetrar na classe operária, para que o proletariado possa avançar politicamente e cumprir seu papel de direção revolucionária da nação oprimida.

Militantes revolucionários e organizações sindicais independentes da influência desastrosa do governo, se levantam diante dos acontecimentos, para evitar novas frustrações que signifiquem retrocessos nas lutas dos diferentes setores.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Argentina

O governo cumpre com as políticas de ajuste exigidas pelo FMI



O ministro Massa continua organizando as contas: em novembro reduziu em 27,7% o gasto real do Estado. Foi mais a fundo na política de ajuste do que a do ex-ministro Guzmán.

Massa aparece como o melhor fiador do programa do FMI e das multinacionais. No início do ano passado, se projetava um déficit fiscal de 3,5%, mas, se chegará aos 2,5% pactuados com o FMI.

O escritório do orçamento do Congresso (OPC) informa que nos onze primeiros meses do ano “o déficit primário resultou em termos reais 7,7% menor que o acumulado no mesmo período do ano anterior”. Isto foi conseguido com uma forte redução do gasto público real. A isso se chama AJUSTE.

Em julho, o gasto baixou 11,5%; em agosto 20,4%; setembro 15,8%; outubro 16,8% e em novembro despencou 27,7% em comparação com o ano anterior. Foram cinco meses consecutivos de forte recorte real.

No informe “se destaca a brusca queda em obras públicas devido a que no ano anterior houve uma forte aceleração do gasto nestas rubricas durante o último trimestre, enquanto que no ano corrente prevalece a lógica do ajuste”.

O FMI exige ajustar mais: reduzir os pagamentos previdenciários, reduzir os subsídios das tarifas, congelar os salários dos funcionários públicos, eliminar os programas de transferência de renda, reduzir mais os investimentos em obras públicas, não reajustar os salários dos trabalhadores estatais etc. Tudo isso para eliminar o déficit fiscal, e que sobrar excedente para pagar a dívida externa. O governo obediente está avançando para cumprir com essas ordens.

Entre outras, acabou este mês a moratória previdenciária, que permitia aposentadoria sem completar os 30 anos de contribuição. Uma medida criminosa contra os trabalhadores, que durante anos ficaram desempregados ou com empregos informais, sem fazer as contribuições para a previdência. A burguesia e seu Estado são

responsáveis por não garantir trabalho a todos os trabalhadores, são responsáveis por não eliminar o emprego informal ou o pagamento da maior parte do salário informal, sem registro.

A classe operária tem uma política exatamente oposta: reajustar os salários e aposentadorias para que o mínimo cubra o custo de vida; acabar com toda forma de trabalho informal; impulsionar um plano de obras públicas para resolver o extraordinário déficit habitacional, para produzir vagões e locomotivas e reconstruir todo o sistema ferroviário, para produzir barcos, barcaças e dragas para voltar a ter uma frota nacional; definir no orçamento os recursos necessários para a educação e saúde públicas.

Claro que, para assumir este plano mínimo, precisaremos contar com recursos: deixaremos de pagar toda a dívida externa, acabaremos com o parasitismo bancário e com o contrabando, monopolizaremos o comércio exterior, recuperaremos todos os portos e as vias navegáveis, liquidaremos a oligarquia latifundiária apropriando nos da renda de nossas terras. Nacionalizaremos a exploração mineral e de hidrocarbonetos. Estão aí os recursos para pôr fim ao desemprego, à fome e aos baixos salários.

A classe operária tem um plano para transformar a economia e resolver a situação dramática da maioria oprimida. Para isso, é necessário liquidar a ditadura do capital, com seu Estado, expropriando os grandes meios de produção.

A burguesia em sua decadência é cada vez mais parasitária e descarrega todas as crises sobre os oprimidos, que veem retroceder constantemente, há décadas, suas condições de trabalho e de vida. O avanço da submissão colonial, desde o final dos anos 1970, foi uma tragédia para a grande maioria, enquanto uma minoria, uma ultra minoria, associada ao capital financeiro se enriqueceu e concentrou mais poder.

(Extraído do Jornal Massas, nº 428, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Chile

Publicamos os editoriais do jornal Luta Operária e do Boletim Revolução Proletária, do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Luta Operária - Editorial

Estamos na última semana do ano de 2022, amarrados aos planos globais ditados pelos organismos internacionais imperialistas, acatados disciplinadamente pelo governo do Chile, cuja “eficiência” o demonstra aplicando-os antes de serem divulgados pelos mandantes e os impõe ao país, caracterizando-os como medidas de “responsabilidade fiscal e democrática”, medidas que agravam as condições de vida da classe operária, dos funcionários públicos e dos oprimidos.

Com políticas monetárias adotadas em nível mundial, onde o peso chileno se deprecia de modo nunca antes visto, provocando uma inflação que degrada os salários, além de estarem congelados por contratos firmados nas costas dos trabalhadores, em alguns casos de modo indefinido, o governo descarrega a crise econômica sobre a maioria oprimida.

Com alto desemprego, diminuição do gasto público em serviços de vital importância como a saúde, educação, habitação, infraestrutura viária e serviços públicos, energia elétrica, água potável e irrigação, o governo sacrifica ainda mais a vida dos explorados.

Com um incerto futuro, que inclui à classe média, comerciantes, pequenos empresários, profissionais da saúde e educação, que afeta homens e mulheres, o governo de Boric se mostra incapaz de encontrar uma solução da crise econômica.

Esse conjunto decorre de algumas medidas específicas:

a) Aumento das taxas de juro bancário e dos créditos com garantia do estado a mais de 20%;

b) Medidas concretas contrárias ao aumento dos empregos, diminuição do valor dos salários e aprofundamento da desigualdade salarial entre homens e mulheres. O que evidencia a falsa ilusão sobre a “paridade de gênero”, entre tantas outras, criadas por Boric e pelos traidores do Partido Comunista Chileno.

Os trabalhadores, portanto, estão diante de uma obscura perspectiva para 2023, que deve ser enfrentada com luta e coragem contra a nova armadilha burguesa do plebiscito 2.0. Diante de um ano cheio de eleições, trata-se de combater o servilismo e a submissão, que servem às iniciativas da burguesia, materializadas pelo Estado, governo, parlamento e judiciário, que se apoiam nas forças policiais e militares, nas leis repressivas e no cárcere. É com o poder de nossas forças massivas, em defesa de nosso programa de reivindicações, com unidade e audácia, que enfrentaremos as leis repressivas e o cárcere, que servem ao governo dos exploradores.

Boletim Revolução Proletária - Editorial

A forte pressão exercida pela oposição sobre o atual governo não expressa a sua própria força, mas, a impossibilidade dos governos reformistas cumprirem as promessas feitas, pois o sistema que querem consertar está caindo aos pedaços. Diante desta situação, a direita e a ultradireita, que têm um longo passado em defesa de seus interesses, empregarão todos os meios para defender as posições conquistadas há muitas décadas.

Quando esta direita e seu regime político foram ameaçados pelo levante popular de outubro de 2019, pediram auxílio à oposição burguesa, convocando-a com urgência para constituir um enclave reacionário, para pactuar um acordo, uma saída conjunta à crise política do momento, assinando, com mútuo benefício, o roteiro da mesa social pela “não violência e pela paz”, o que preservou o regime corrupto e decadente. Essa “oposição burguesa” traidora selou um compromisso, que permitiu ao governo de Piñera concluir seu mandato e ditar uma reforma constitucional, prolongando a vida desse sistema, sob as mesmas condições estabelecidas pela decadente burguesia.

O atual governo chegou ao poder defendendo um programa baseado na utopia reacionária. A Convenção Constituinte permitiu ao governo ultra conservador superar os graves acontecimentos ocorridos em período de radical intervenção das massas, em

luta frontal contra a ordem estabelecida, intervenção que indicava a possibilidade de uma real solução aos seus graves problemas de saúde, educação, trabalho, moradia, inflação etc. A campanha de Boric e do estalinismo centraram sua propaganda na aprovação do plebiscito, para dar lugar a um processo que permitiria se chegar a uma “Nova Constituição” e a um plano de reformas programáticas, que incluíam rejeitar acordos internacionais como o TPP11 (Tratado Integral e Progressivo de Associação Trans Pacífico) e outros que prejudicam o desenvolvimento do país, pondo especial ênfase na criação de uma empresa estatal do lítio, investir na grande mineração do cobre, formar um governo paritário e um rosário de promessas, que não passaram de palavreados.

Fica absolutamente claro que os reformistas, revisionistas e centristas, cada um ao seu modo, são serviçais da classe dominante, com um claro objetivo, evitar a todo custo a revolução proletária, que os transforma em ferozes inimigos da classe operária, dos demais trabalhadores e da nação. Sua intensa atividade política é para evitar a construção do partido operário revolucionário, arma fundamental na luta contra a corrupta e decadente burguesia nacional e imperialista. Esse é o partido que poderá conduzir a revolução do proletariado, que possibilitará emancipar a classe operária, as nações-classe, as mulheres, as crianças e todos os oprimidos.

Israel

Milhares nas ruas contra a reforma judicial do governo Netanyahu



No dia 14 de janeiro, cerca de 80 mil israelenses se manifestaram na capital Tel Aviv contra a reforma judicial da coalizão governante, que tem como objetivo: 1) possibilitar que uma maioria simples dos deputados possa anular as decisões da Suprema Corte, revogar as leis aprovadas no parlamento; 2) possibilitar ao governo nomear a maioria dos membros da comissão que seleciona novos juizes para a Suprema Corte. Tal proposta foi interpretada pelos manifestantes como um ataque ao “regime democrático”, que tem motivado as massas israelenses, em grande parcela de estudantes, a se manifestarem contra essa medida arbitrária.

Embora a Suprema Corte tenha dado aval aos avanços do Estado Sionista sobre a Cisjordânia, ocorre que os juizes já anularam algumas leis que abriam caminho para expropriação e anexação desenfreadas. O que o governo Netanyahu almeja com a reforma judicial, portanto, é derrubar qualquer obstáculo que dificulte legalmente intensificar o avanço das colônias israelenses sobre o território palestino.

Essa proposta vem acompanhada de outras medidas ofensivas contra a Palestina. Recentemente, o Ministro da Segurança Nacio-

nal de Israel, Itamar Ben-Gvir, anunciou o banimento da bandeira da Palestina no território de Israel, autorizando a prisão de qualquer habitante que levantar a bandeira palestina. Além disso, no dia 6 de janeiro, Israel anunciou sanções contra a Autoridade Nacional da Palestina por esta ter feito uma solicitação à ONU, pedindo que a Corte Internacional de Justiça se pronunciasse sobre a ocupação israelense nos territórios palestinos.

Essas últimas medidas se combinam com uma intensificação das investidas militares de Israel sobre a Cisjordânia, com bombardeios, assaltos militares e execuções de palestinos. O que aponta para um avanço da política colonialista sobre a Cisjordânia pelo governo de coalizão ultradireitista de Benjamin Netanyahu. Para que possa dar esse salto na política intervencionista, é preciso suprimir qualquer resistência interna. A proposta de reforma judicial expressa essas tendências ditatoriais do governo.

Diante dessa ofensiva do Estado Sionista sobre a Cisjordânia, se tem intensificado a resistência do povo palestino, por vezes se chocando com a política pacifista e conciliadora da Autoridade Nacional da Palestina (ANP). Por outro lado, as sanções de Israel sobre a ANP expressam uma tendência de choque direto e violento do governo Israelense com o povo palestino da Cisjordânia, sem ter de recorrer aos meios conciliadores da Autoridade Palestina.


As tendências de luta dos explorados israelenses contra a reforma judicial de Netanyahu precisam confluir com a resistência do povo palestino pela sua autodeterminação, numa luta unitária que conflua para a destruição revolucionária do Estado Sionista de Israel, raiz dos conflitos territoriais e que, ao mesmo tempo, é o órgão de dominação da burguesia israelense sobre os operários, camponeses e pequena burguesia arruinada do país. Somente a revolução proletária é capaz de unir os judeus e palestinos numa só luta anti-imperialista e contra toda forma de opressão, e constituir uma República Socialista da Palestina una e independente, como parte da constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.



R\$5

Fundamentos e princípios
do marxismo-leninismo-trotskismo

**Sobre o direito
à autodeterminação
das nações**

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky




Adquira com o distribuidor do Massas:



R\$5

**Lei do desenvolvimento
desigual e combinado**

—
Apontamentos sobre a Lei
do Desenvolvimento Combinado,
Guillermo Lora

—
Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa
Luxemburgo, Engels e Marx



Adquira com o distribuidor do Massas:



104 anos dos assassinatos de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo (15 de janeiro de 1919)

Homenagem aos revolucionários

Neste momento em que a guerra na Ucrânia e a escalada militar promovida pelos Estados Unidos e aliados na Europa e Ásia refletem a decomposição do capitalismo e, conseqüentemente, o avanço da barbárie, lembramos a luta revolucionária de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados pelo governo socialdemocrata alemão, por expressarem a posição marxista diante da Primeira Guerra Mundial, ou seja, da guerra imperialista. Na realidade, damos seqüência ao reconhecimento do lugar de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo na história do marxismo e da luta de classes mundial. No jornal *Massas*, 626 e 655, rendemos homenagem aos dois revolucionários. Dedicamos a Liebknecht e Luxemburgo o livro “Socialismo ou Barbárie”, publicado em janeiro de 2016.

Não há como falar sobre a vida e obra desses dois marxistas, sem vinculá-los, principalmente, à Lênin. Nada melhor do que o dirigente do partido bolchevique e da Revolução Russa para dimensionar o crime histórico da socialdemocracia alemã que se materializou na eliminação física de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Abaixo publicamos dados biográficos e dois extratos de Lênin. Os títulos “Defesa de Lênin a Liebknecht diante das críticas do centrista R. Grimm” e “O significado histórico do assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo” foram dados por nós.

Memória eterna aos revolucionários Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo!

Traços biográficos

Karl Liebknecht

Foi um destacado militante do movimento operário alemão e internacional. Começou sua vida política no movimento socialista quando era estudante e lutou ativamente contra o oportunismo e o militarismo. No período da primeira Revolução Russa (1905-1907) conclamou os operários alemães a seguir o exemplo russo. Em 1912, foi eleito deputado ao Reichstag. No início da Primeira Guerra Mundial, se opôs firmemente a apoiar o governo alemão na guerra imperialista e foi o único que votou no Reichstag contra os créditos de guerra (2 de dezembro de 1914). Esteve entre os fundadores e dirigentes da organização revolucionária “União Espartaco”. Em 1916, foi condenado à prisão. Durante a Revolução de novembro na Alemanha, junto com Rosa Luxemburgo, encabeçou a vanguarda revolucionária dos operários alemães. Dirigiu o jornal *Die Rote Fahne* (A bandeira vermelha) e se destacou na

organização do Partido Comunista da Alemanha. Foi um dos dirigentes da insurreição dos operários de Berlim, em janeiro de 1919. Insurreição que foi esmagada e Liebknecht selvagemmente assassinado pelos bandos de Noske.

Avaliando a luta de Karl Liebknecht, Lênin escreveu: “Este nome é o símbolo da fidelidade de um dirigente aos interesses do proletariado e da lealdade da revolução socialista (...) É o símbolo de uma luta inconciliável contra o imperialismo não em palavra, mas nos fatos...”.

Rosa Luxemburgo

Foi uma destacada ativista do movimento operário internacional. Uma das dirigentes da ala esquerda da II Internacional. Iniciou sua vida política revolucionária na segunda metade da década de 1880 e esteve entre os fundadores do movimento socialdemocrata polaco, em cuja fileira combateu o nacionalismo. Desde 1897, participou ativamente no movimento socialdemocrata alemão e lutou contra o bernsteinismo e o millerandismo. Participou da primeira revolução russa. Em 1907, assistiu ao V Congresso (de Londres) do POSDR, onde apoiou os bolcheviques. Desde o início da guerra imperialista ocupou uma posição internacionalista. Foi uma das fundadoras do grupo “Internacional” que, em seguida, se denominou “Espartaco” e, mais tarde, “União Espartaco”. Escreveu (na prisão), com o pseudônimo de “Junius”, o folheto “A crise da socialdemocracia”, que Lênin comentou em seu artigo “O folheto de Junius (julho de 1916). Depois da Revolução de novembro de 1918, na Alemanha, participou como dirigente no Congresso Constituinte do Partido Comunista Alemão. Em janeiro de 1919 foi presa e assassinada por ordem do governo de Scheidemann.

Lênin, que a valorizou em alto grau, criticou mais de uma vez seus erros, em particular a sua incompreensão sobre o problema nacional e sobre a autodeterminação. As divergências deram razão a Lênin. O que não diminuiu a importância de Rosa Luxemburgo para o marxismo. O próprio Lênin chegou a essa avaliação do lugar de Rosa Luxemburgo no internacionalismo proletário.



Defesa de Lênin a Liebknecht diante das críticas do centrista R. Grimm

“Grimm apela à clareza, à franqueza e à honestidade! Muito bem! Mas essas virtuosas qualidades não exigem fazer uma distinção clara, franca e honesta entre as opiniões e a tática de Liebknecht e as do centro, que não devem ser colocadas em um mesmo saco?”

Estar com Liebknecht significa: 1) atacar o principal inimigo no interior do próprio país; 2) desmascarar os socialpatriotas do próprio país, e não somente aos de outros países (...), combatê-los e não se unir a eles, como você faz, contra os radicais de esquerda; 3) criticar abertamente, não só os socialpatriotas, mas também os socialpacifistas e os centristas do próprio país, e denunciar suas debilidades; 4) utilizar a tribuna do parlamento para chamar o proletariado à luta revolucionária, conclamando-o a virar suas armas contra seu inimigo; 5) divulgar publicações proibidas e organizar reuniões clandestinas; 6) organizar manifestações proletárias como, por exemplo, a de Potsdamer Platz em Berlim, onde Liebknecht foi preso; 7) convocar os operários das fábricas de armamentos a se colocarem em greve, como fez o Grupo Internacional, com seus panfletos ilegais; 8) demonstrar abertamente a necessidade de uma “renovação” completa dos atuais partidos, que se limitam a uma atividade reformista, e trabalhar como trabalhou Liebknecht; 9) rechaçar categoricamente a defesa da pátria em uma guerra imperialista; 10) combater o reformismo e o oportunismo em toda a linha, no interior do movimento socialdemocrata; 11) combater, de forma igualmente implacável, os dirigentes sindicais que, em todos os países, especialmente na Alemanha, Inglaterra e Suíça, são a linha de frente do socialpatriotismo e do oportunismo etc.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV, pág. 312, Akal Editor)

O significado histórico do assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo

A passagem abaixo foi extraída da “Intervenção no II Congresso de Sindicatos”, pronunciada por Lênin, em 21 de janeiro de 1919. A referência ao assassinato de Liebknecht e Luxemburgo serviu para demonstrar que a democracia burguesa funciona como regime político da ditadura de classe dos capitalistas sobre a maioria oprimida. Embora Lênin faça uma breve menção aos revolucionários, tem um valor de refletir o significado histórico do assassinato.

“Camaradas, o que ocorreu ultimamente na Alemanha, o brutal e traiçoeiro assassinato de Liebknecht e Luxemburgo não é somente o acontecimento mais dramático e trágico da revolução que se inicia na Alemanha. É muito mais. Lança uma luz muito clara sobre a forma como são colocados os problemas da luta atual nas distintas tendências do pensamento político e nas metodologias teóricas atuais. É precisamente na Alemanha onde mais se tem falado do famoso tema da democracia, da consigna da democracia em geral e da consigna sobre a independência da classe operária em relação ao poder do Estado. À primeira vista essas consignas podem parecer não estar vinculadas entre si, mas na realidade estão, e muito estreitamente. Estão muito estreitamente vinculadas porque revelam que até agora, e apesar da enorme experiência que

o proletariado extrai na luta de classes, os prejuízos pequeno-burgueses são ainda muito fortes, e que até o presente da luta de classes somente se aceita da boca para fora, segundo a expressão alemã, mas aqueles que falam dela não a aceitam com a cabeça e o coração. Certamente, se recordamos, ainda que não seja mais do que os rudimentos da economia política, que aprendemos no “O Capital” de Marx, a teoria da luta de classes a que todos nós submetemos firmemente, como se pode falar então de democracia em geral ou de independência quando hoje a luta agudizou e se estendeu tanto, quando está evidente que o mundo inteiro se depara com a revolução socialista e quando ficou palpavelmente demonstrado nos países mais democráticos? Os que pensam poder falar demonstram que, quanto à teoria da economia política, não compreenderam uma só página de “O Capital”, hoje aceito, sem exceção, pelos socialistas de todos os países.



Mas na realidade, ainda que acatam essa obra, agora que estão na borda dessa luta fundamental, a que conduziu “O Capital” de Marx, se afastam da luta de classes e imaginam que pode haver uma democracia à margem ou acima das classes. Imaginam que na sociedade contemporânea, enquanto os capitalistas conservarem sua propriedade, pode existir outra democracia que não seja a democracia burguesa, isto é, uma ditadura burguesa disfarçada com as falsas e hipócritas etiquetas democráticas. Foi nessa mesma Alemanha, onde se ouviu dizer até recentemente que era possível, e em realidade muito provável, que ali a ditadura do proletariado não ultrapassaria os limites da democracia, que ali se conservaria a democracia. Foi ali onde pessoas que dizem ser mestres do marxismo, pessoas que desde 1889 até 1914 foram os ideólogos de toda a II Internacional, pessoas como Kautsky, levantaram a bandeira da democracia, e não compreendem que enquanto a propriedade estiver nas mãos dos capitalistas, a democracia não será senão uma máscara inteiramente hipócrita da ditadura da burguesia. Não compreendem que não se pode falar da libertação do trabalho do jugo do capital enquanto não se arrancar essa hipócrita máscara, enquanto não colocarmos o problema como sempre nos ensinou Marx, e como nos ensinou colocando a luta cotidiana do proletariado, e como nos ensina cada greve e toda agudização da luta sindical, a saber, que enquanto a propriedade continuar nas mãos dos capitalistas, toda democracia será uma máscara hipócrita da ditadura da burguesia. Tudo que se diga sobre o sufrágio universal, sobre a vontade do povo e sobre a igualdade dos eleitores, será um simples engano, porque não pode existir igualdade entre os exploradores e explorados, entre os donos do capital e da propriedade e os modernos escravos assalariados”.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, págs- 234-235, Akal Editor)

Lênin, em defesa de Rosa Luxemburgo

Em “Notas de um Publicista”, de fevereiro de 1922, Lênin faz a justa defesa de Rosa Luxemburgo. Já havíamos publicado, no jornal Massas 626, a observação de Lênin. Avaliamos que é o caso de republicar o extrato. Ninguém melhor que Lênin para reconhecer a importância de Rosa Luxemburgo na luta por organizar o proletariado no campo da independência de classe e do internacionalismo marxista. Sem a devida crítica aos erros da revolucionária, que Lênin combateu no seu preciso momento, não seria possível fazer a defesa de Rosa Luxemburgo. Essa formulação de Lênin nos serve de exemplo como se deve proceder com o método científico da crítica marxista.



Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

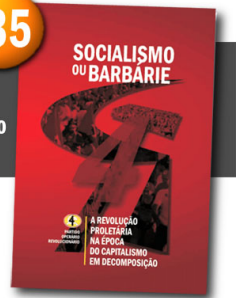
Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

Abaixo republicamos um extrato de “Notas de um Publicista”

“Paul Levi deseja agora apresentar especiais méritos diante da burguesia – e conseqüentemente diante dos agentes da II Internacional e da Internacional II ½ – por meio, precisamente, da reedição das obras de Rosa Luxemburgo, nas quais estava equivocada. Contestamos com duas linhas de uma das melhores fábulas russas: às vezes, as águias voam mais baixo que as galinhas, mas as galinhas jamais poderão elevar-se à altura das águias. Rosa Luxemburgo se equivocou no problema da independência da Polônia; se equivocou em 1903, em sua apreciação do menchevismo; se equivocou na teoria da acumulação do capital; se equivocou em julho de 1914, quando, junto com Plekanov, Vandervelde, Kautsky e outros, defendeu a unidade dos bolcheviques e mencheviques; se equivocou em seus escritos do cárcere, em 1918 (ela mesma ao sair em liberdade, em fins de 1918 e início de 1919, corrigiu grande parte de seus erros). Mas, apesar de todos os seus erros, Rosa Luxemburgo foi e continuará sendo uma águia; e não só sua memória será sempre valiosa, para todos os comunistas, mas também a sua biografia e suas obras completas (cuja edição os comunistas alemães demoram a publicar, aqueles que somente em parte merecem ser desculpados pela enorme quantidade de vítimas que sofrem em sua dura luta) servirão como manuais úteis para a educação de muitas gerações de comunistas de todo o mundo. ‘A socialdemocracia alemã, depois de 4 de agosto de 1914, é um cadáver hediondo’: essa é a sentença que tornará conhecido o nome de Rosa Luxemburgo na história do movimento operário mundial. Enquanto, nos bastidores do movimento operário, entre montes de estercos, as galinhas da espécie de Paul Levi, Scheidemann, Kautsky e toda sua camarilha, continuarão admirando evidentemente, e sobretudo, os erros da grande comunista. A cada um o seu”.

(As citações foram extraídas do Tomo XXXVI, Obras Completas, Lênin, Akal Editor)

